

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIELLE VIEIRA LIMA

O MORADOR DE RUA DA CIDADE DE UBERLÂNDIA ATENDIDO PELA CASA
SANTA GEMMA: vivências e representações

UBERLÂNDIA

2015

DANIELLE VIEIRA LIMA

**O MORADOR DE RUA DA CIDADE DE UBERLÂNDIA ATENDIDO PELA CASA
SANTA GEMMA: vivências e representações**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (MG), como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Maria Lúcia Vannuchi

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L732m Lima, Danielle Vieira, 1987-
2015 O morador de rua da cidade de Uberlândia atendido pela Casa Santa
Gemma : vivências e representações / Danielle Vieira Lima. - 2015.
88 f. : il.

Orientador: Maria Lúcia Vannuchi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Inclui bibliografia.

1. Sociologia - Teses. 2. Pessoas desabrigadas - Teses. 3. Exclusão social - Teses. 4. Cidadania - Aspectos sociais - Teses. I. Vannuchi, Maria Lúcia . II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

DANIELLE VIEIRA LIMA

**O MORADOR DE RUA DA CIDADE DE UBERLÂNDIA ATENDIDO PELA CASA
SANTA GEMMA: vivências e representações**

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia (MG), pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 16 de setembro de 2015.

Profª Drª Maria Lúcia Vannuchi
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof Dr Márcio Ferreira Souza
Universidade Federal de Uberlândia

Profª Drª Rafaela Cyrino Peralva Dias
Pontifícia Universidade Católica

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, meu irmão Paulo e demais familiares pelo incentivo, amor e ajuda.

Ao Léo, meu amor, pelo abraço, paciência nos momentos de stress e até reflexões e debates sobre as situações de exclusão.

À minha orientadora, Prof^{ra} Dra^a Maria Lúcia Vannuchi, pela paciência grandiosa que teve comigo.

Àqueles que aceitaram compor a banca de defesa e examinar minha dissertação: Prof Dr Márcio Ferreira de Souza, Prof^a Dr^a Rafaela Cyrino Peralva Dias e Prof Dr Luciano Senna Peres Barbosa (participou da Banca de qualificação).

Aos mais que colaboradores: Fernando Leite, Jack, Ditão e Kebin, pela ajuda, conselhos e auxílio no trabalho de campo.

Ao pessoal da Casa Santa Gemma: queria citar o nome de todos, porque fui observar e a ‘intrusa’ foi mais que aceita. Fui bem recebida. Entrei silenciosa e hoje quando volto sou recebida com um abraço. Vocês me ensinaram muitas coisas... gratidão pela ajuda e pelas perguntas de sempre: “Tá acabando o trabalho, fia? Força, você vai conseguir...”

A todos que, de modo direto ou indireto, participaram desse momento: o meu muito obrigada!

A Deus, por tudo.

RESUMO

Nesta dissertação, busco entender o modo como os moradores de rua da cidade de Uberlândia, atendidos pela Casa Santa Gemma, enxergam a si mesmos e como a sociedade os vê a partir da análise das representações sociais, apreendidas na fala dessas pessoas. Ou seja, a partir de um trabalho de campo na referida casa assistencial, pude observar a visão do morador sobre si próprio e sobre a sociedade na qual se insere. Também pude observar a visão de transeuntes da Praça Tubal Vilela, ponto de passagem de pessoas de vários níveis de escolaridade e classes sociais, em que busquei – por pesquisa de opinião – a representação social acerca dos moradores de rua através de uma amostra não probabilística, aleatória, do cidadão transeunte. Apresento, por meio de discussão teórica e observação em trabalho de campo, traços da realidade do morador de rua da cidade de Uberlândia, delineando os processos de exclusão, pobreza e estigmatização que marcam suas vivências. Apresento também as políticas públicas do município voltadas para o morador de rua, insuficientes para atender à demanda social. Tenho como pressuposto que esses sujeitos sociais não estão em situação de rua por escolha, mas dentre outros motivos, por fatores de natureza econômica, social e pessoal, tais como falta de trabalho e dinheiro, rompimento dos laços familiares, doenças físicas e psicológicas.

ABSTRACT

In this dissertation, I seek to understand how the homeless served by Casa Santa Gemma in the city of Uberlândia see themselves and how society sees them from the analysis of social representations present in people's discourses. From a fieldwork in this care home I observed homeless' view of himself and the society in which he belongs. I also observed the view of passers-by in Square Tubal Vilela, a route point for people from various levels of education and social class, in which I sought - by opinion survey - the social representation of homeless people in the vision of a non-probability sample, random, of the passerby citizen. Through a theoretical discussion and observation in field work I show traces of reality of homeless in the city of Uberlândia, outlining the processes of exclusion, poverty and stigmatization that mark their experiences. I also present the municipal public policies directed to homeless people, which are insufficient to meet the social demand. I have the assumption that these social subjects are not on the streets by choice, but among other reasons, because of economic, social and personal factors, such as lack of work and money, rupture of family ties, physical and psychological diseases.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Casas de atendimento aos moradores de rua subvencionadas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia	39
Quadro 2 - Atividades realizadas pelos 11 entrevistados antes da situação de rua	55
Quadro 3 - Idade e tempo de moradia nas ruas dos entrevistados assistidos pela Casa Santa Gemma (Uberlândia, MG, 2014).....	62
Quadro 4 - Transeuntes entrevistados em divisão por sexo e faixa etária (08/2014).....	67
Quadro 5 - Atividades realizadas pelos transeuntes do sexo masculino entrevistados	68
Quadro 6 - Atividades realizadas pelas transeuntes do sexo feminino entrevistadas.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Opinião de transeuntes sobre os moradores de rua (2014)	69
Gráfico 2 - Transeuntes entrevistados na Praça Tubal Vilela (2014).....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Moradores de rua em Uberlândia – dados pessoais	34
Tabela 2 -Moradores de rua na cidade de Uberlândia – Ano/População	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – CIDADANIA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	20
CAPÍTULO 2 – PANORAMA DA POPULAÇÃO DE MORADORES DE RUA DE UBERLÂNDIA-MG	32
CAPÍTULO 03: BREVE HISTÓRICO DA CASA SANTA GEMMA	43
CAPÍTULO 4- A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MORADORES DE RUA, E DE TRANSEUNTES DA CIDADE DE UBERLÂNDIA.....	47
4.1- REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS MORADORES DE RUA ATENDIDOS PELA CASA SANTA GEMMA	54
4.2 – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRANSEUNTES	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	78
ANEXO - NOTÍCIAS VEICULADAS PELA MÍDIA EM UBERLÂNDIA SOBRE MORADORES DE RUA	83
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - MORADORES DE RUA ASSISTIDOS PELA CASA SANTA GEMMA	81

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação focalizo os moradores de rua de Uberlândia/MG e aspectos da representação social, ou seja, a forma como os moradores de rua se vêem e a forma como uma parcela da sociedade os vê. Para tal, procurei delinear um panorama do morador de rua de Uberlândia/MG a partir dos assistidos pela Casa Santa Gemma, no período de maio de 2014 a abril de 2015. A Casa Santa Gemma é uma entidade assistencial originada de iniciativa de membros da Igreja Católica Apostólica Romana, aberta a moradores e/ou pessoas em situação de rua que precisam de uma refeição, um banho ou abrigo de forma temporária ou permanente. Tal acolhimento é condicionado pela capacidade da casa - até 17 internos - bem como à observância das regras por ela estabelecidas. O atendimento prestado é gratuito, e a casa não recebe ajuda de prefeitura ou órgão público, sobrevivendo de doações voluntárias, de empresas e de pessoas; mesmo que de outras religiões não católicas que recolhem e doam mantimentos.

É importante observar também a forma pela qual a sociedade vê o morador e o que tem sido feito em prol desse segmento da população que se encontra à margem dos direitos básicos, sem alimentação, moradia e trabalho. Para construir essa dissertação, não foi possível contabilizar com exatidão o número de moradores de rua, uma vez que tais pessoas constituem um objeto fugidio; vivem em movimento, o que dificulta a realização de uma pesquisa quantitativa. É controversa a definição do segmento social analisado. A pesquisadora Vilas-Bôas (2007) que também estudou essa temática, partilha da mesma dificuldade, posto que a definição de morador de rua apresenta variações. Não há consenso entre os estudiosos sobre o perfil dos indivíduos que realmente compõem o contingente de moradores e/ou pessoas em situação de rua, estendendo-se de pessoas que habitam realmente nas ruas a pessoas que vez ou outra dormem nestas, que vivem tal situação de forma esporádica e têm moradia. São exemplo os vendedores ambulantes que vão vender mercadorias em locais distantes de sua casa e depois acabam dormindo onde estão. Só voltam para casa no fim da semana de serviço, devido às longas distâncias e visando a redução de gastos com condução. Logo, é problemático compreender quem são realmente os moradores e/ou as pessoas em situação de rua, porque não há como colocar rígidos parâmetros para essa distinção.

Vilas-Bôas (2007) considera população de rua aquela que tira da rua seu sustento, mesmo que essas pessoas não morem efetivamente nas ruas. Ou seja, elas buscam na rua seu sustento por falta de outra opção econômica ou empregatícia. Alguns possuem casa,

trabalham nos centros das cidades e, devido às longas distâncias, ficam eventualmente nas ruas, para diminuir tempo e gastos, bem como aqueles que migram das cidades pequenas ou zonas rurais em busca de novas oportunidades de trabalho. Ao chegar à cidade, não encontram trabalho de imediato e passam a morar nas ruas até aparecer alguma oportunidade ou obter o dinheiro necessário para a volta pra casa. A pesquisadora observa que Escorel (2003) distingue aqueles que têm a rua como moradia permanente daqueles que têm momentaneamente a rua por moradia, denominados ‘pessoas em situação de rua’. A distinção se refere, portanto, a dois núcleos diferentes: um, variável e outro mais permanente das pessoas que efetivamente moram nas ruas. Para a autora, o morador de rua é aquele que vive permanentemente nas ruas ou que por alguma atividade precisa dormir ao menos uma vez por semana nas ruas.

Assumo, nesse trabalho, a noção utilizada por Escorel (2003), considerando ‘população de rua’ ou ‘morador de rua’ como aquele que faz da rua sua moradia de forma permanente, e tira dela seu sustento, mesmo que receba auxílio vez ou outra de casas assistenciais, prefeituras ou demais instituições de acolhimento. Com essa definição, pessoas que dormem eventualmente nas ruas, mas não fazem dela de forma constante sua moradia - como é o exemplo de vendedores ambulantes - não serão considerados nesse segmento selecionado.

Portanto, estudo neste trabalho o indivíduo que pode estar há pouco ou muitos anos sem um teto, já tendo transformado a rua em sua “casa”, encontrando-se sem trabalho, sem salário, com ou sem família, abandonado ou egresso de casa por desentendimento com familiares. Alguns carregam vícios ou doenças. Mas, além disso, com base no referencial teórico utilizado e observando-os em pesquisa de campo, assumo a noção de que o morador de rua é alguém marginalizado, que vivencia a falta de oportunidade, a ausência de apoio social, financeiro, psicológico e mesmo terapêutico. Os serviços prestados pelo Município através do Centro Pop¹ - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - e por casas assistenciais ligadas ao Município são importantes, mas se revelam insuficientes para atender à demanda e reinserir socialmente o indivíduo que está nessas condições. Por isso, o estudo revela traços do trabalho em prol dos moradores de rua realizado no Centro Pop e casas assistenciais subvencionadas, como iniciativa pública, bem como, e sobretudo, o da Casa Santa Gemma, como iniciativa de setores religiosos com o auxílio da

¹ Unidade pública, criada em janeiro de 2014, que oferta serviços especializados e continuados a indivíduos nas diversas situações de supressão de direitos na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva. O Centro Pop funciona em Uberlândia de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, na rua Rafael Rinaldi, 1485, no bairro Martins.

população, empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Neste trabalho, dediquei-me também à observação dos indivíduos moradores de rua, na escuta e percepção das experiências de cada um, apreendendo os motivos que os levaram à atual situação de moradores de rua. Seria mesmo uma escolha pessoal morar nas ruas ou uma condição resultante de estruturas sociais, ou ainda a intersecção de tais razões? Afirmo - com base na pesquisa teórica e reflexões no trabalho de campo - que estas pessoas são frutos de um longo processo de crescimento das cidades e do modo de produção capitalista que produz riqueza e crescimento econômico, mas por outro lado, produz miséria e exclusão. Aqueles que não caminham no mesmo “compasso” do capitalismo são tidos como desviantes, transgressores, ainda que tenham um caráter de ‘funcionalidade’ como contingente que legitima o regramento social. Todo aquele que não se encaixa nos padrões que a sociedade capitalista exige, torna-se desviante (Becker, 2008). É tachado, rotulado e tais rótulos são construídos socialmente, para servir de lembrete aos demais indivíduos da sociedade o que acontece com quem não caminha no ritmo do capitalismo.

A relevância deste trabalho justifica-se devido à importância do tema como problemática sociológica e problema social. Enquanto problemática sociológica, observei que a questão dos moradores de rua vai além do que vemos ser discutido em nível de senso comum: tem raízes fincadas na pobreza, exclusão e desigualdade social. Essa questão perpassa a dimensão da cidadania, precisando ser estudada sociologicamente. O pano de fundo dessa problemática revela uma sociedade que não reconhece a contento a questão dos direitos e deveres básicos institucionalmente a todos os cidadãos. Negar ou omitir direitos do ser humano é ter uma cidadania incompleta ou falsa. Para um país democrático, que defende e valoriza a liberdade humana, é contraditório valorizar uma parte da população e permitir que um segmento social fique à margem desses direitos básicos. Julguei importante também repensar a atuação do Estado que não tem cumprido seu papel frente a esses segmentos e por isso a Casa Santa Gemma e tantas outras instituições precisam atuar como uma válvula de escape, fazendo frente a situações de carência, devido à omissão do Estado.

Observe que a frase está sem sentido. A correção indicada anteriormente foi:

Enquanto problema social, presente em nossas cidades, os moradores de rua constituem uma parcela considerável da população que nem ao menos é incluída nos censos demográficos brasileiros, já que a coleta de informações acontece em visitas domiciliares pelos pesquisadores

Enquanto problema social, presente em nossas cidades, os moradores de rua constituem uma parcela considerável da população que nem ao menos é incluída nos censos demográficos brasileiros, já que a coleta de informações acontece em visitas domiciliares pelos pesquisadores. Assim, quando uma prefeitura, uma secretaria ou órgão público deseja saber o número de pessoas vivendo nas ruas, faz-se um levantamento. Esse levantamento não é realizado em todos os Estados do Brasil, não tem periodicidade regular, e pode carecer de metodologia adequada. Assim acontece na cidade de Uberlândia, em que a ronda social observa as pessoas nessa situação e realiza uma contagem simples que não deixa de ter importância para a elaboração e mesmo implementação de uma política pública efetiva direcionada a essa população.

Como um panorama a nível nacional, em abril de 2008, a Secretaria Nacional de Assistência social (Snas) divulgou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua em que constava 31.922 pessoas morando em praças, viadutos, casas abandonadas, sob marquises, ou mesmo pernoitando em casas assistenciais. Essa pesquisa abrangeu 71 municípios do Brasil, isso significa que o número real de moradores de rua pode ser maior. As respostas foram obtidas por meio de entrevistas a essas pessoas, sendo que 27,5% das entrevistas aconteceram em instituições e 72,5% aconteceram nas ruas. Nessa pesquisa, foi observado que 82% da população de rua são masculina; mais da metade do número total de entrevistados (53%) possui entre 25 e 44 anos. Acerca do nível de escolaridade, 74% dos entrevistados sabiam ler e escrever. 17,1% não sabiam escrever e 8,3% apenas assinavam o próprio nome.

Para saber o panorama da situação de rua em Uberlândia, deparei-me com o fato de Uberlândia não ter um censo, mas sim alguns levantamentos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – Sedest- e veiculados por Canais de notícias locais e regionais. Em levantamento de 2013, a TV Vitoriosa veiculou que a Sedest identificou no ano em tela 730 moradores de rua. Porém, nos anos seguintes (2014 e 2015), o número de moradores de rua na cidade não diminuiu, nem mesmo depois da criação do Centro Pop, em Janeiro de 2014). Em pesquisas de 2014 e outra de 2015 veiculadas em noticiários locais², foram identificados 2.600 moradores de rua sendo atendidos pelo Centro Pop, sendo que destes, 1688 eram novos moradores de rua, contabilizados no ano de 2014. Apenas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2015, foram identificados 228 novos moradores de rua. Muitos deles afirmaram à Sedest vir de outras cidades. Diversas prefeituras querem ‘limpar’ a

² As pesquisas citadas estão anexas no final deste trabalho (Anexo – Notícias veiculadas pela mídia em Uberlândia sobre moradores de rua).

pobreza de suas cidades e para isso oferecem passagem de ônibus para essas pessoas saírem da cidade. Falam que Uberlândia é uma cidade com grande oferta de emprego. Muitas pessoas vêm e ficam por aqui, sem emprego, nas ruas. Outras passam apenas uma temporada e retornam para a sua terra de origem, contando com doações ou por meio de carona.

A maior parte dos novos atendidos, conforme a Sedest, é de pessoas oriundas de outras cidades. Em 2014, 204 pessoas voltaram para sua cidade de origem³. Em 2015, de janeiro a fevereiro, foram identificadas 23 moradores de rua que não eram da cidade de Uberlândia/MG; 155 novos moradores de rua são identificados no Centro Pop todo mês, conforme notícia datada de fevereiro de 2015, anteriormente referida. A princípio, o Centro Pop atendia o morador de rua ao longo do dia, porém passou por uma reestruturação nos meses de abril e maio de 2015, mudando a forma de atendimento ao mesmo. Somente os moradores de rua que fazem um acompanhamento psicológico na casa podem entrar e fazer a única refeição ofertada: um café da manhã.

O morador de rua, analisado nesta dissertação, não produz um meio de sobrevivência para si e sua família, e quase sempre, vive apartado da família. Geralmente, as pessoas que vivem sob tal situação fazem da rua seu lar, perambulando de um local para o outro. Alguns são adjetivados como “*vagabundos*”, “*preguiçosos*”, ou seja, aqueles que vagam, que têm uma vida errante, que não querem trabalhar. Estar nas ruas não significa que seja uma escolha da pessoa; muitas vezes as circunstâncias levam-no a essa vida. Muitos acabam se envolvendo com substâncias entorpecentes como álcool e drogas. Outros têm doenças físicas ou psicológicas. Outros ainda, só conseguem sobreviver devido à ajuda de ONGs e instituições assistenciais. Muitos outros obtêm meios de sobrevivência a partir de mendicância nos semáforos ou locais mais movimentados nas cidades, como terminais rodoviários, centro de grandes cidades, portas de lojas e igrejas.

Logo, o presente estudo não busca abordar a problemática apenas pela situação de pobreza material. O morador de rua é, muitas vezes, visto como pessoa desprovida de valores, sem caráter, por estar na rua sem trabalho, sem teto e sem dinheiro. Torna-se um ‘estigmatizado’ (GOFFMAN, 1988), consoante um estereótipo negativo; quando há uma estigmatização, não se leva em conta o caráter daquele indivíduo. Não há muitas políticas voltadas ao tratamento e reinserção da pessoa ao mercado de trabalho, para receber um salário

³ As Prefeituras locais costumam perguntar aos moradores de rua se estes desejam voltar à cidade de origem ou mesmo apresentam outra cidade como possível local de promissoras ofertas de emprego, oferecendo passagem e despachando esses moradores para outras localidades. Da mesma forma que chegam muitos moradores de rua na cidade de Uberlândia enviados de outras cidades, também moradores de rua são enviados de Uberlândia para outros locais.

e custear suas despesas e um teto, ou mesmo um tratamento psicológico ou psiquiátrico, conforme a necessidade, que os ajude a reequilibrar sua vida, saindo da situação de rua. Há poucas clínicas para recuperação de dependentes químicos e poucas vagas, pelo tamanho da cidade, ofertadas. Não há programas de formação e reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Não me refiro à população de rua como uma massa homogênea em que todos estejam nas ruas por abandono ou falta de oportunidades, uma vez que pode haver moradores de rua por opção própria, como uma fuga ou forma de resistência a uma condição social e econômica que lhe é desfavorável. Porém, não foi o que pude verificar na pesquisa de campo, pois me deparei com a alegação da falta de oportunidade, o que reforça a concepção da ineficiente política pública voltada para esse segmento social.

Tendo em vista tais pressupostos, considero a seguinte hipótese para o trabalho: os moradores de rua investigados não escolheram a situação de rua. Fazem parte de um contingente de marginalizados próprios do capitalismo. Considero que não sejam marginalizados por escolha própria, mas por situações sociais derivadas do modo de produção vigente, que os arrastam à privação e marginalidade social. A vida é transformada em lixo, descartável como é próprio do sistema vigente. Logo, colocar apelidos pejorativos e conferir a culpa aos moradores de rua não expressa a totalidade do contexto que sustenta a marginalidade social.

Em termos metodológicos, conforme Demo (1995), independente do objeto de estudo escolhido pelo pesquisador, não se trata de observar e descrever de forma “típico-ideal” os objetos puros, dados, mas sim a construção de objetos, ou seja, enquanto pesquisadora, trato daquilo que minha percepção capta, observa. Meu ponto de partida é uma pré-noção, que é importante para captar as noções necessárias. Por isso, o ‘objeto’ desta pesquisa foi por mim construído, focalizando a categoria social constituída pelos moradores de rua. A observação participante foi uma das técnicas utilizadas para a construção do trabalho científico, tendo sido a pesquisa norteadas em avaliações qualitativas, utilizando entrevistas dos moradores de rua atendidos na Casa Santa Gemma, como também a escuta enquanto visitante da Casa, quando os moradores de rua estavam todos juntos em momentos de descontração, refeição ou em oração.

Foram entrevistados 11 moradores de rua. Para preservar o seu anonimato, eles foram nomeados ficticiamente por: Thiago, Assis, Kinzim, Marquito, Inácio, Antônio, Ronaldo, Gonzaguinha, Tomás, Jonas, Marcondes. Os fundadores da Casa Santa Gemma, citados neste trabalho, também foram nomeados ficticiamente como: Fernando, Augusto e Junim.

Os moradores de rua entrevistados responderam 15 perguntas previamente formuladas (Apêndice). As entrevistas foram feitas ao longo de várias visitas à Casa Santa Gemma: um dia eu chegava e conversava informalmente com um dos assistidos que estava sentado na porta da casa; depois desse contato inicial, perguntava se poderia fazer-lhe algumas perguntas. E assim, foram nascendo as entrevistas. Em todas as pesquisas feitas com os moradores, eu perguntava, eles respondiam e eu anotava a resposta. Para observar e tentar apreender algumas representações sociais dos atendidos pela Casa Santa Gemma, além dos questionários individuais, registrei algumas impressões apreendidas em diversos momentos, nas conversas com todos na casa, que ao longo do tempo e do estreitamento de laços puderam ganhar um pouco mais de profundidade.

Em termos da observação participante, Cajardo (1987) afirma que esta promove a produção coletiva de conhecimentos, rompendo com o monopólio do saber, promovendo uma análise crítica, utilizando as informações para diagnosticar os problemas e, por fim, estabelecer relações entre os problemas individuais e coletivos. Oliveira e Oliveira (1984) também afirmam que o pesquisador não pode apenas se preocupar com a explicação dos fenômenos sociais, mas deve utilizar a pesquisa como forma ativa de gerar um conhecimento crítico acerca das modificações sofridas pelo grupo estudado, assumindo para si de “forma lúcida e autônoma seu papel de protagonista e ator social” (1984, p.27). Por isso, a postura esperada do pesquisador seria, então, a de observador crítico e de pesquisador ativo.

A observação participante deu-se na Casa Santa Gemma, junto aos moradores de rua que são atendidos lá. O engajamento no grupo em momentos extra entrevista e as próprias entrevistas foram de suma importância para a construção do trabalho, com o objetivo de entender a forma como estes se vêem, a partir do suporte teórico das representações sociais. Não foi possível, na condição de ser humano que pesquisa, deixar de indignar-me com o desrespeito em relação às pessoas que não têm um nome conhecido, um *status*, um cargo de poder, mas que continuam a ser cidadãos, portadores de direitos. A invisibilidade do morador de rua na cidade de Uberlândia choca, afronta. Há uma realidade velada: em tese, os moradores de rua da cidade recebem auxílio através do Centro Pop. Porém, o centro tem deixado a desejar, já que não oferece nem o tratamento básico garantido na tipificação nacional, tais como as principais refeições diárias, formação profissional e auxílio psicológico. Informações e dados necessários à pesquisa só puderam ser obtidos mediante conversas informais com pessoas ligadas ao Centro Pop e Sedest, em visitas a esses lugares,

já que o Centro não divulga seus trabalhos e não permite a entrada de estudantes para realizar pesquisas.

Para a análise das representações sociais, transeuntes foram abordados na Praça Tubal Vilela⁴, escolhida por ser uma praça central e com fluxo contínuo e significativo de pessoas. Nos períodos matutino e vespertino, foram abordadas 80 pessoas – 43 homens e 37 mulheres – sendo estas de idade e nível social diversificados, visando captar representações da sociedade acerca do morador de rua. Os respondentes foram identificados alfanumericamente: homens pela letra H seguida de números sequenciais conforme a ordem de abordagem, e as mulheres identificadas pela letra M seguida de números sequenciais conforme a ordem de abordagem.

Apresentei-me como pesquisadora da temática ‘moradores de rua’ e solicitei que a pessoa respondesse a apenas uma pergunta, explicitando que a abordagem seria breve e lhe demandaria pouco tempo, já que as pessoas quase sempre passavam apressadas pela praça.

⁴ A Praça Tubal Vilela é a principal praça da cidade de Uberlândia, localizada na região central da cidade. É um dos pontos turísticos da cidade. Exuberante comércio circunda a praça, rodeada por lojas, agências bancárias, uma escola estadual, uma igreja que é Catedral da cidade, a Sede do Ministério da Fazenda e o PSIU – posto de serviço integrado urbano – órgão público, e um posto policial e um posto avançado da Settran - Secretaria de Trânsito e Transportes.

FOTOGRAFIA 01: PRAÇA TUBAL VILELA, UBERLÂNDIA/MG, 03/08/2004.



Fonte: www.uberlandia.mg.gov.br (2015)

Mesmo assim, avisando antecipadamente que seria breve, muitos não quiseram responder, devido ao curto tempo para chegar ao seu trabalho, instituição de ensino, ou qualquer lugar de destino. Os que aceitaram participar eram instruídos sobre a pergunta que deviam responder: “o que você acha dos moradores de rua?”. A cada transeunte entrevistado era destinado um papel para a resposta. O entrevistado teve a liberdade de escolher entre sentar-se entre os bancos da praça e escrever o que pensava, ou relatar-me o que pensava e eu registrava o que cada qual dizia. Procurei não interferir nas respostas, visando registrar da forma mais fiel possível o pensamento do transeunte. Assim, os dados foram coletados e serão apresentados no quarto capítulo.

Em suma, nesta dissertação busco pensar a questão de quem é o morador de rua da cidade de Uberlândia, o porquê de ocupar as ruas, bem como explorar as representações que ele faz de si mesmo e as representações que os transeuntes fazem dele. A respeito da estrutura do trabalho, abordei no capítulo 1 a questão da desigualdade, pobreza, marginalidade e exclusão social sob a perspectiva sociológica. Na medida em que a pesquisa empírica tem força quando assentada em teorias, que possibilitam um olhar mais aprofundado acerca da realidade das ruas, o referencial para a discussão do modo de produção capitalista e das desigualdades sociais provenientes desse Sistema são ancoradas em Marx (1988, 2001, 1997), Kowarick (1981) e Martins (1997, 2002). A discussão sobre o processo de exclusão social é baseada em Nascimento (2003), Bauman (1999) e Escorel (2003). No capítulo 2 é apresentado um panorama da população de rua da cidade de Uberlândia, revelando os sistemas de atendimento públicos, ONGs e principais instituições religiosas que atendem ao morador de rua, procurando verificar se o atendimento oferecido pela cidade é ou não suficiente para atender à demanda existente. O capítulo 3 apresenta breve histórico da Casa Santa Gemma e a dinâmica do atendimento por ela oferecido à população de rua. O capítulo 4 aborda as representações sociais apreendidas nos diálogos e nas entrevistas com moradores de rua, bem como as respostas de transeuntes, que foram analisadas à luz dos trabalhos de Jodelet (2001), Moscovici (2001) e Minayo (1995), além da questão da estigmatização do indivíduo, baseada em Goffman (2005, 1988). Por fim, exponho as considerações finais acerca da ineficiência do sistema público voltado ao atendimento da população em situação de rua.

CAPÍTULO 1 – CIDADANIA E EXCLUSÃO SOCIAL

Abordar o tema “moradores de rua” é mais que pensar em um grupo homogêneo de pessoas excluídas socialmente; é perceber um sujeito inserido perifericamente na coletividade da qual faz parte. Um sujeito portador de direitos e deveres, que faz parte dessa sociedade e por isso teria os mesmos direitos de outros cidadãos, mas estes direitos não têm sido, de fato, garantidos assegurados. Inicialmente, já é possível observar a noção de individualidade prevalecendo sobre a coletividade na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789:

“Artigo 1º - Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Artigo 2º - A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. [...]” (Declaração dos Direitos do Homem, 1789)

Mas, foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos que os direitos específicos puderam ser definidos e garantidos – ao menos perante a lei – em termos dos direitos individuais e de grupos minoritários:

“Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. [...]”

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Neste documento, o indivíduo é considerado um cidadão porque vive no âmbito da soberania de um Estado, e por isso tem direitos e deveres. Direitos e deveres expandidos, no caso brasileiro, já que o país adota um regime político democrático, que prevê a participação popular na esfera política (votar ou ser votado), na esfera social participar da criação de leis relacionadas à vida privada das pessoas. Ex: casamento homoafetivo, adoção, reprodução), e nas esferas cultural e do lazer. Marshall (1967) afirma que um cidadão é aquele que cumpre efetivamente seus direitos políticos, sociais e civis. Assim, conforme o autor, o conceito de cidadania estaria em constante construção, pois a humanidade está sempre desenvolvendo o pensamento com relação a maior liberdade e melhores garantias individuais e coletivas. Deste

modo, o cidadão recebe a proteção do Estado contra a violação de seus direitos, mas também precisa cumprir seus deveres, consciente de suas responsabilidades.

Entretanto, o que vemos na realidade é o não cumprimento desse conjunto de direitos e deveres do cidadão. O Brasil não tem garantido a democratização dos recursos socialmente produzidos, como os bens e os direitos inerentes à cada cidadão. A democracia vai além do estabelecimento de regras formais. Carvalho (2004) – um cientista político brasileiro – afirma que é preciso retomar o sentido original da democracia para expandirmos os direitos de cidadania, reduzindo a enorme distância entre o que está escrito no papel e o que acontece na realidade. Sendo assim, a cidadania seria condição indispensável para a concretização dos direitos humanos. Conforme, Carvalho (2004) a cidadania esteve ligada aos interesses de uma classe hegemônica, e poucas vezes obteve verdadeiramente uma participação popular, porque não foi dado efetivamente ao povo esse espaço. Por isso, o autor desenvolve a teoria de que o país vive uma estadania: muitos direitos parecem ser resultado de uma concessão, feita de “cima para baixo”. O direito aparece como benefício concedido com benevolência pela classe dominante ao restante da população. Ancorada nesse referencial, observo o morador de rua não como uma massa, um grupo social, mas antes de tudo, como indivíduo e cidadão, que faz parte dessa sociedade e têm direitos e deveres. O morador de rua tem direito, como os outros cidadãos, à proteção do Estado, à propriedade, a bens, a um tratamento específico para suas necessidades (sejam elas psicológicas, psiquiátricas, de dependência química ou outras). Quando recebe um prato de comida, uma roupa lavada, a acolhida em casa assistencial pública, é preciso observar claramente que antes de ser um benefício concedido, recebe, sim, uma ínfima parcela do direito que lhe é inerente como indivíduo. Se o conceito de cidadania não é fechado porque está sempre em renovação, como pensar em tal conceito aplicado aos moradores de rua?

Se há – ao menos legalmente – direitos e deveres assegurados a todos os cidadãos, porque algumas pessoas ou grupos sociais encontram-se excluídas? Porque existe a pobreza, a marginalidade? Tais perguntas podem ser pensadas, inicialmente, a partir de um abrangente conceito de exclusão de Nascimento (2003), bastante difundido nos anos 1990 no campo sociológico, que se refere “a toda e qualquer forma de marginalização, discriminação, desqualificação, estigmatização ou mesmo de pobreza.” (2003, p.57). Esse conceito emerge da realidade vivenciada nos anos 60 e 70, em que o país se encaixava em um modelo econômico de dependência global, com elevada dívida externa, internacionalização das empresas nacionais e busca desesperada por investimentos internacionais, em virtude da

escassez de recursos próprios e precária capacidade interna de investimento. Com a inovação tecnológica e uma maior competitividade entre as empresas, veio como resultado o desemprego estrutural e tecnológico. A política neoliberal implantada reduziu as políticas sociais, dando abertura à concorrência e competição pela posse de bens materiais. Conforme Ianni (2000), o que determinou esse novo período neoliberal foi um desmonte do projeto nacional e a implantação de um projeto de capitalismo transnacional, que trouxe consequências políticas, econômicas, sociais e culturais. O Estado passou a aparelho administrativo das classes dominantes, os dirigentes tornaram-se funcionários das classes dominantes e não dirigentes a favor do povo que aqui vive. A partir de 94, o governo trabalha incessante para a construção de instituições e diretrizes econômico-financeiras, a fim de que o projeto de capitalismo transnacionalizado pudesse ser completo no país, de acordo com as bases do neoliberalismo. Todas essas mudanças constituem uma “Reforma do Estado”, dando início à criação do Estado Mínimo, que é a desregulação, privatização, abertura de mercados, favorecimento de fusões e aquisições de empresas nacionais por outras transnacionais. Desse processo resultam outras questões como a privatização da saúde e do ensino, a redefinição das relações de trabalho e as novas características da previdência, dando um novo rosto à questão social no Brasil. Toda essa reforma do Estado dissocia a sociedade e Estado, sendo as relações deste redefinidas conforme os interesses do capitalismo transnacional. Essa dissociação acirra as divisões entre as classes dominantes e dominadas, sendo esta última a maior parte da população. Os shoppings centers aparecem retratando a profunda modificação do espaço público. Os indivíduos são impelidos ao consumismo, quase como uma ‘figuração de cidadania’. A sociabilidade também se modifica com os padrões de consumo estabelecidos. A mídia, a igreja, os movimentos sociais ganham novos desafios ao tentar compreender os novos processos sociais que a sociedade passa, assim como o diálogo agora com um Estado focado na questão político-econômica.

Para Ianni (2000) essa reforma traz agravamento das desigualdades sociais, e o desemprego estrutural. A diferença entre as classes sociais torna-se gigantesca, com os baixos salários e crescente desemprego. Assim, como afirmou Nascimento (2003), “o país modernizou para tornar-se mais injusto”. O Brasil se tornou mais desigual.

Em concordância com Nascimento, entendo que desigualdade “refere-se à distribuição diferenciada, numa escala de mais ou menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes” (NASCIMENTO, 2003, p.58). A distribuição de bens é realizada de forma desigual a cidadãos que, perante a lei,

seriam iguais. O mencionado ‘simbólico’ do conceito refere-se ao respeito a aspectos de condição de dignidade necessárias a todo ser humano. Cabe um parêntese sobre a violência simbólica, termo cunhado por Bourdieu (1970 apud L’apicciarella, 2003), em que refere-se ao processo em que a classe dominante impõe sua cultura às classes dominadas. A cultura e o sistema simbólico são arbitrários, já que não partem de uma realidade natural mas atuam no sentido de perpetuar uma determinada sociedade, enraizando em cada indivíduo os valores dessa mesma. Assim, a violência simbólica seria uma imposição dos valores dessa sociedade e cultura dominantes, principalmente com relação aos valores do mundo do trabalho. Essa violência não é percebida pelo dominado, que a entende apenas como uma situação normal e impossível de ser modificada. O Estado, a mídia e a escola participam dessa internalização de valores, reproduzindo os valores da classe dominante ou impondo valores ao hierarquizar o papel professor-aluno, sem que haja diálogos livres e abertos para desmistificar esses e tantos outros conceitos impostos. Logo, essa imposição de valores no país, vinda com o neoliberalismo, pode ser vista como uma violência simbólica, muitas vezes não percebida pela sociedade mas que reproduz um modelo dominante de valores.

Fechando o parênteses acerca da violência simbólica, que perpassa a questão da desigualdade, do tratamento diferenciado das pessoas na sociedade, Martins (2002) bem o ilustra ao referir-se ao assassinato do índio pataxó hã-hã-hãe, em abril de 1997⁵, que dormia em um banco de ponto de ônibus e foi queimado vivo. Os adolescentes que cometeram a atrocidade alegaram pensar que se tratava de um ‘mendigo’. Para aqueles adolescentes, é como se houvesse duas ‘qualidades’ de seres humanos. Uma mais humana, da qual eles faziam parte; e outra, menos humana, a dos mendigos. Esse pensamento expressa mais que diferenças sociais; é uma desigualdade que qualifica e desqualifica pessoas, rouba-lhes até mesmo a dignidade, o respeito que todo ser humano merece e necessita pra viver de forma saudável.

A pobreza é a expressão mais aparente da desigualdade. Para Nascimento (2003) pobreza

⁵ Em 20 de abril de 1997, cinco jovens de classe média - um menor de idade - atearam fogo ao índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que dormia em um ponto de ônibus em Brasília. Galdino havia saído de uma manifestação do Dia do Índio, na sede da Funai e se perdido no caminho para a pensão onde estava hospedado, por isso dormia na rua. O pataxó morreu, tendo 95% do corpo queimado. Durante interrogatório, três dos quatro acusados disseram ter tirado a idéia da 'brincadeira' de uma pegadinha exibida pela TV. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u40033.shtml>. Acesso em 06/10/2015

significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas. Vida digna e necessidades básicas constituem, sempre, definições sociais e históricas, variando, no entanto, no tempo e no espaço. (2003, p. 58).

Para Giddens (2005), há duas abordagens diferentes de pobreza, sendo pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta pauta-se na questão da subsistência, ou seja, se há as condições básicas necessárias para que a pessoa tenha uma existência saudável. Assim, nessa abordagem, é classificada como uma pessoa na pobreza, alguém que não tenha alimento, roupas e abrigo – ou seja - o básico para uma vida saudável. Apesar das especificidades há um padrão universal básico, uma linha de pobreza, em que são considerados para cálculo o preço dos itens básicos de subsistência, e o indivíduo que tem uma renda abaixo dessa linha, é considerado na pobreza. Esse padrão não reflete a realidade já que os preços de uma localidade a outra pode variar, assim como os itens básicos de cada local.

Já o conceito de pobreza relativa relaciona a pobreza ao padrão de vida de determinada sociedade. Nessa abordagem, a pobreza seria definida culturalmente, e que por isso não haveria como definir um padrão único a ser seguido. As necessidades humanas básicas não são iguais em todo o mundo. Itens que são considerados essenciais em alguns países são considerados secundários em outros.

Conforme o mesmo autor (2005), as pesquisas mais antigas acerca da pobreza davam importância ao ingresso das pessoas nessa classificação social, medindo os níveis de pobreza a cada ano. Essa visão, que privilegia o peso da agência, da ação individual, exclui o fato de que estar na pobreza não é estar imobilizado, pois as pessoas podem sair dessa condição e muitas que entraram na pobreza, um dia já tiveram boas condições. A mobilidade para entrar e sair dessa condição social é grande. Depende, também, da época e dos rendimentos dos indivíduos a cada ano. Uma pessoa que tenha boa qualidade de vida pode ter um rendimento ruim em um ou dois meses, mas se recuperar nos meses seguintes. Assim, é possível perceber que a pobreza não é uma força social que influencia uma sociedade passiva, mas um fenômeno que pode ser influenciado e modificado com o esforço de cada indivíduo. Para isso, é de suma importância que haja uma política social voltada para as comunidades, apoiando as ações para promoção do indivíduo.

Giddens (2005) ainda menciona uma fração da sociedade que vive em situações extremas de pobreza, sendo denominadas de classe baixa. Apesar do termo também ser contestado por alguns estudiosos, revela indivíduos geralmente classificados por passarem grandes períodos em desemprego, e por isso dependem economicamente das assistências do governo para sobreviver.

Marx (2001), a partir de uma perspectiva estrutural, referia-se a uma fração da sociedade mais desfavorável economicamente, como massa indefinida de pessoas que a sociedade considerava como escória, refugo, rebotalho de todas as classes, como lumpen-proletariado. Assim, trabalhadores informais, bandidos e moradores de rua foram todos agrupados nessa classificação, mostrando que eram, como hoje, desvalorizados pela sociedade da época. Em trecho da obra “O Manifesto Comunista”, Marx (2001) faz menção ao lumpen-proletariado: “[...] esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação para servir às suas manobras.” (2001, p.24). Assim, o lumpen-proletariado - pessoas desprovidas de dinheiro e de consideração social – era tido como possível massa de manobra, submissa aos interesses da burguesia. A pobreza e a situação de rua já eram, então, desprezadas e vistas não somente pelo aspecto de pobreza material, mas também de pobreza simbólica.

Com o crescimento das grandes cidades e a modernização das indústrias e das funções produtivas, a pobreza continua presente e o desemprego estrutural na sociedade brasileira é um dos principais determinantes. O Brasil possui uma grande quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza. Conforme dados do Ministério de Desenvolvimento e combate à fome de 2011, havia no país 16,27 milhões de pessoas classificadas como em condições extremas de sobrevivência; a renda familiar nesses casos não ultrapassa R\$70,00. A pobreza está presente em todos os Estados do país, não estando limitado a somente uma região. Várias políticas públicas foram adotadas, no sentido de minimizar os efeitos da pobreza ou mesmo ajudar famílias a saírem dessa linha de pobreza. Os programas de transferência de renda são uma forma de política pública que auxilia no combate à pobreza, aumentando a renda familiar, diminuindo a desigualdade de renda, aumentando o tempo médio de escolaridade. Eles tem sido alvo de várias críticas, de viés neoliberal, como por exemplo, a de que o programa não ajudaria efetivamente as famílias a procurar emprego, mas até poderia deixá-los acomodados, dependentes do auxílio financeiro. Também há a versão de que não adianta haver um auxílio mensal a essas famílias se não houver um investimento grande em educação e geração de

renda independente. O programa bolsa família abriu as portas a todos os outros programas criados depois para auxílio de renda. Criado em 2003, é uma política de transferência de renda em que o governo oferece um subsídio para famílias em condições de pobreza. Há também outros programa de transferência de renda como o bolsa escola e o auxílio gás. Com esses programas, o governo visa redução de pobreza da família e aumento da escolaridade dos filhos.

Mesmo havendo políticas voltadas para a redução de pobreza na país, há um contingente de pessoas que não se ‘encaixam’ no mercado; não têm trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente, mas também não possuem as qualidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho, posto que lhes falta formação adequada para atuar nas vagas disponíveis. Por isso, tais pessoas constituem uma categoria de pobres com características novas, e logo, com representações sociais novas. Conforme Nascimento (2003), a exclusão faz-se primeiramente com grupos que são desnecessários economicamente, por exemplo, os moradores de rua. São pessoas que perdem a função produtiva ou são inseridos de forma marginal no mercado de trabalho. Também com essas mudanças na função produtiva, as representações sociais mudam, pois muitos passam de ‘não inseridos’ economicamente a ‘ameaçantes’, ‘bandidos em potencial’.

O termo ‘exclusão’ também está presente no debate de questões sociais do Brasil, como causa das desigualdades existentes. Porém, nomear todos os grupos sociais menos favorecidos de excluídos pode não ser a forma mais pertinente de analisar a exclusão social. Conforme Oliveira (1997), o conceito ‘exclusão social’ relaciona-se, primeiramente, com o chamado desemprego estrutural e remete aos desempregados excluídos que foram tidos como desnecessários economicamente. O conceito também trata do excluído como desnecessário não só economicamente, mas de forma principal, desnecessário socialmente. São “socialmente ameaçantes, e por isso, passíveis de ser eliminados” (OLIVEIRA, 1997, p.52). Remete ao pensamento de Martins (2002), em que o pobre, o favelado, o morador de rua parecem fazer parte de um contingente ‘menos’ importante socialmente e considerados pessoas que não têm trabalho porque são preguiçosos, não se esforçam. Muitos os vêem como bandidos, pessoas violentas, alguém que nada acrescenta positivamente em termos sociais.

Para Bauman (1999), a exclusão e a segregação atuais são mais que derivadas do desemprego estrutural, são próprias do processo de globalização. O conceito de globalização tem sido bastante utilizado em debates acerca da modernidade, já que a atual integração econômica, política, cultural e social modifica profundamente a vida social. Não é preciso

mais haver um centro ou pólos no mercado. Na globalização, o indeterminado predomina. As informações circulam rapidamente e é possível controlar, explorar e até estar “presente” em reuniões em sua empresa mesmo distantes fisicamente, com o auxílio das redes virtuais. No processo de globalização, o poder dos líderes de empresas e de grandes negócios é conferido pela liberdade de agir e comandar, mesmo que a quilômetros de distância, propiciados pelo avanço das tecnologias. Ainda conforme Bauman (1999), essa forma de atuação interfere na redistribuição de riqueza e pobreza. Logo, vemos um processo de reestratificação mundial, na qual a nova hierarquia sociocultural é reconstruída. O processo de globalização favoreceu as classes mais abastadas, devido às facilidades de movimentar grandes somas de dinheiro em todo o mundo, utilizando-se das novas tecnologias. Essas facilidades tecnológicas pouco favorecem as classes pobres ou baixas.

Ademais, Bauman (1999) faz alusão à sociedade de consumo. Não é preciso muitas pessoas nas etapas de produção, já que as máquinas e as indústrias modernizaram-se. Há máquinas que produzem com apenas um comando acionado pelo computador. Logo, a sociedade de consumo não tem necessidade de engajar as pessoas enquanto produtoras, gerando assim, um maior número de pessoas desempregadas. A necessidade agora é engajar as pessoas enquanto consumidoras. A sociedade incentiva o consumo e a forma de consumo de cada pessoa pode mudar de forma expressiva sua vida social, cultural e individual. Não ‘evolui’ quem fica parado; não está na moda quem não compra novas coisas.

Esse processo causado pela modernidade de atualização constante acaba por incentivar uma sociedade estratificada, dividida entre classe alta e classe baixa (BAUMAN, 1999) e revela quem consome mais e quem consome menos ou não consome. Conforme o autor, o grau de mobilidade é que determina a posição do consumidor, ou seja, o que os torna diferentes é a liberdade ou não de escolher onde ficarão. As pessoas da classe alta podem escolher o bairro, a rua, o país em que ficarão. A mobilidade dessa classe pode acontecer em qualquer momento, pois seus integrantes têm o dinheiro necessário para ir e vir, e podem manter o mesmo nível de vida onde quer que estejam. Não mantêm residência em locais que remetam à pobreza, sujeira ou desprovida de uma vista privilegiada. As pessoas de classe baixa, ao contrário, são ‘confinadas’ em bairros e ruas da cidade vistas como inferiores ou locais que remetam à sujeira e pobreza. Não têm poder aquisitivo para mudar de cidade ou de rua e em alguns casos não podem nem mesmo transitar em logradouros da classe alta, pois algumas destas ruas e condomínios são até fechados e monitorados. Assim se formam dois polos sociais, opostos e distantes em que as pessoas da classe alta não precisam ficar imóveis

em apenas um local, mas pela rede virtual, podem se locomover para qualquer canto do mundo e continuarem presentes em suas reuniões.

A classe baixa, porém, continua ligada ao “mundo real”, distante das facilidades oferecidas pela tecnologia e têm dificuldades pelo pouco acesso virtual. Até mesmo mudar de residência algumas vezes torna-se difícil, devido ao baixo poder aquisitivo. Ela está exposta a intempéries em suas casas, ruas e bairros e condenada a permanecer sempre naquele mesmo lugar. É verificada então uma significativa mudança na percepção do espaço; permanece imóvel, em um só lugar, apenas aquele que não é consumidor ou tem baixo poder de consumo. O espaço antes era imutável e imóvel. Agora o espaço ganha novo “rosto” a partir dos espaços virtuais que permitem a sociabilidade, a reunião de negócios, a conversa com os familiares. A situação é mais drástica para a parte mais miserável desta classe, da qual faz parte o morador de rua. Eles não têm trabalho, pois não se adequam ao modelo globalizado de emprego; as vagas diminuíram e as poucas existentes no mercado de trabalho requerem qualificação profissional, o que esta parte miserável realmente não possui. Eles têm pouco poder aquisitivo para ser consumidores, sendo difícil comprar do pão de cada dia ao teto para viver.

Aliada à mudança da noção de espaço – conforme Bauman (1999) - há também a modificação da noção de tempo. O tempo para os membros da classe alta ganhou nova conotação, já que a instantaneidade é exercida fluentemente por eles. Por outro lado, as pessoas de classe baixa, estão localmente amarradas, e não dominam o tempo; não possuem o dinheiro e as condições necessárias para preenchê-lo. O autor ainda compara a ambiguidade desses dois pólos ou mundos, utilizando-se de uma metáfora dos turistas e vagabundos. O turista viaja por prazer ou não, pois mesmo que quisesse ficar parado em sua casa, é cobrado pelos seus pares o movimento, a evolução, o novo. Ele está sempre em movimento, perde as raízes com o permanente. De outro lado, estão os vagabundos: “o refugio de um mundo que se dedica ao serviço dos turistas.” (BAUMAN, 1999, p. 97). Os vagabundos não são bem vindos e não ficam muito tempo em lugar algum, pois não desejados, causam repulsa.

Turistas e vagabundos, a seu modo, são consumidores desse mundo moderno. Porém, o vagabundo tem pouco potencial de consumo, o que o torna mais suscetível à infração de regras sociais; com isso, ganham estigmas sociais. Muitos não têm a real noção de sua posição social, ocupam cargos temporários e devido à instabilidade do mercado de trabalho, não sabem se no futuro estarão bem ou mal sucedidos. Para o turista, o vagabundo é um lembrete a todo o momento de como ele pode vir a ser amanhã. Reforça as atitudes exigidas

pela sociedade para que não se torne um vagabundo, tais como a falta de descanso, o tempo todo preenchido, assumir os riscos do negócio. Por fim, esses dois mundos tão diferentes acabam gerando lugares bem diferentes.

Periferias se desenvolvem em torno dos bairros nobres. Alguns indivíduos que não se encaixam nesse cenário de globalização, e por não se encaixar, acabam por tornar-se o ‘vagabundo’ da metáfora. O morador de rua é esse indivíduo, descrito por Bauman (1999) nesse cenário de globalização, como avesso às regras vigentes, instável, não desejado, causando repulsa, com pouco potencial de consumo, suscetível à infração das regras sociais, ganha estigmas e acaba por reforçar as atitudes exigidas de uma pessoa pela Sociedade. Essas contradições entre as classes, conforme o autor, aumentam também as exigências do mercado de trabalho. O nível de educação e preparação profissional não estão à altura do que tem sido exigido, e assim, acabam gerando um alto número de desempregados. A classe baixa não possui acesso à educação de qualidade e nem formação suficiente para ocupar os poucos cargos disponíveis no mercado de trabalho, o que aumenta a exclusão.

O conceito de Marginalidade pode ser pensado, também, como proveniente das contradições do modo de produção capitalista. Kowarick (1981) afirma que a marginalidade urbana apareceu com as migrações e o crescimento das grandes cidades. Nesses espaços urbanos surgiram bairros marginais compostos de habitações precárias. Assim, o termo marginalidade era utilizado referindo-se somente a esses bairros. Ao longo do tempo, o assunto foi sendo aprofundado, abarcando também as condições socioeconômicas e culturais daquelas pessoas, revelando um grupo que é associado à apatia ou à anomia. Às vezes, refere-se à carência de participação social, isolamento ou falta de identificação em relação aos padrões de cultura dominante. Pode ser sinônimo de pobreza cultural ou de populações de baixa renda. Conforme Kowarick (1981), o conceito de marginalidade deve abranger todo e qualquer fenômeno que resulte em uma forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade, como inserção no mercado de trabalho, moradia digna, proteção social, entre outros. O autor prossegue vinculando a marginalidade ao Capitalismo, ao fazer referência à funcionalidade dos indivíduos excluídos para o Sistema, já que desse modo compõem um exército industrial de reserva. Tal termo foi inicialmente cunhado por Marx (1988) e depois trabalhado por outros autores marxistas. O pensamento de Marx acerca do exército industrial de reserva era:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a

alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1988, p. 733-734) .

De tal modo, esse segmento da população está à disposição para vender sua força de trabalho por preços ordinários, mas também têm a função invisível de pressionar os trabalhadores ativos a aceitarem as exigências do mercado de trabalho devido à lei da oferta e da procura. Apesar da situação marginal desses indivíduos, Kowarick (1981) desenvolve a noção de que o indivíduo não estaria fora, à margem desse sistema, excluído. Ele estaria incluso porque participa do sistema como alguém que faz parte do exército de reserva e atua reforçando o sistema, tendo funcionalidade para que este se mantenha. Porém, essa inclusão é excludente porque, apesar de estar dentro do sistema, o indivíduo está à margem de seus direitos por não ter habitação, emprego, saúde e outros direitos essenciais. Entretanto não considero que os moradores de rua possam ser categorizados como uma modalidade de exército de reserva; conforme o referencial marxista, estariam mais próximos do conceito de lumpen; e também seria temerário classificar as pessoas em situação de rua meramente “pobres” pois não recebem um salário para estar abaixo da linha de pobreza. E mais, não recebem auxílio do governo, a exemplo de bolsa-família; não fazem parte dos programas de transferência de renda. . A população de rua é funcional ao Estado, reitero, porque reforça o regramento social, mas não existe enquanto exército de reserva pois não atendem as exigências do mercado capitalista. Quem não se encaixa nos padrões da sociedade capitalista torna-se um desviante (Becker, 2008; é rotulado e tais rótulos são construídos socialmente, servindo como aviso aos demais indivíduos da sociedade sobre o que acontece com quem não se adapta aos moldes capitalistas.

Estando à margem dos direitos, mesmo estando incluso, sendo cidadão como os demais da Sociedade Capitalista, o pobre ganha uma identidade de pobre. Isso muda o status do indivíduo dentro da sociedade e interfere na forma como a sociedade o vê e interage com ele. O fato de ser ajudado é tido socialmente como degradante; ser socorrido, pedir esmolas, interfere no *status* e estigmatiza o indivíduo. Goffman (1988) apresenta a questão da identidade pública do indivíduo se transformar, tornando-o inferior aos olhos dos outros por alguma característica que o desqualifique socialmente. As demais características que poderiam aparecer e mostrar outra face são apagadas pelo *status* da pobreza. Assim, em Goffman (1988), conforme acontece com o louco, o pobre tem suas atitudes associadas às

representações dos pobres. A pobreza é uma marca ou estigma que funciona como uma identidade social: marca o indivíduo, dando-lhe status de acordo com aquele estigma social.

Frente ao outro, destacamos as características necessárias para classificá-lo nas categorias que conhecemos. Essa classificação é feita de acordo com as representações construídas em cada sociedade. Logo, em cada sociedade surgem estereótipos de cada tipo social e espera-se, como resposta, uma conformidade com a imagem criada socialmente. Nas interações face a face, espera-se que o indivíduo tenha o comportamento condizente com a identidade que o categorizou. Haverá inferências sobre o comportamento do outro. A sociedade cria uma identidade social imaginária que corresponde às características do indivíduo esperadas pelo grupo e se opõe à identidade social real, que consiste nas características reais, próprias desse indivíduo.

Conforme Goffman (1988), o estigma é um atributo profundamente depreciativo e por isso, confirma ao indivíduo não estigmatizado, a sua ‘normalidade’. O estigma pode ser de dois modos: o desacreditado e o desacreditável. O desacreditado é reconhecido à primeira vista por atributo físico depreciativo. O desacreditável não é reconhecido à primeira vista, mas pode se tornar depreciado por características que não fiquem visíveis à primeira vista. O desacreditado está ligado ao estigma de defeitos visíveis ou perceptíveis fisicamente. Assim, o *estigma tribal* tem relação com a raça, nação ou religião a que pertence. E este outro tipo de estigma tem a ver com características morais ou condições econômicas do indivíduo, sejam elas duradouras ou passageiras. Nessa definição se encaixam os moradores de rua, o segmento social analisado no presente trabalho. As culpas individuais são elementos levantados por Goffman (1988) nesse tipo de estigma, já que nas sociedades modernas há um incentivo capitalista pelo acúmulo de bens materiais, enquanto o morador de rua é alguém ligado à ausência de um teto, emprego, dinheiro e demais bens materiais. Sob uma lógica meritocrática, a pobreza e o fracasso aparecem como problemas individuais e não sociais. Alguns estigmatizados não se enxergam dessa forma, depreciados, mas outros já incorporam as normas e regras do pensamento coletivo, adquirido pela socialização. Assim, percebem seu atributo depreciativo e o peso que esse estigma provoca em sua trajetória de vida. O estigmatizado vê-se como impuro e é tomado de vergonha. Para o autor, o estigmatizado responde à essa situação, vivendo entre estigmatizados e ‘normais’. Primeiro, o estigmatizado procura viver em pequenos grupos de pessoas - estigmatizados como ele ou simpatizantes da causa -, o que permite o diálogo e uma vivência entre seus pares.

Por fim, todo esse contexto retratado no presente trabalho visa contribuir para o desvelamento da situação dos moradores de rua. Os processos de exclusão, provenientes de uma sociedade capitalista e suas conseqüências, dentre outras, a desigualdade, a pobreza, a baixa escolaridade, a precária formação profissional, o desemprego, a falta de um teto e condições básicas para sobrevivência, a dificuldade de acesso à cultura e ao esporte, o precário atendimento de saúde, atingem as classes mais baixas da população, que se encaixam perifericamente, dada a ineficiência do Sistema em prover a igualdade de direitos a todos os cidadãos. Na verdade, os indivíduos em tal situação são funcionais a esse sistema, que conta sempre com uma massa de pessoas que possa receber pouco pelo trabalho prestado ou servir de lembrete àqueles que não queiram se adequar aos moldes considerados adequados de vivência. De desempregados ou “desnecessários” economicamente, os moradores de rua passam a ameaçantes e ‘passíveis de ser eliminados’ (OLIVEIRA, 1997), desvalorizados quase como se tivessem um valor menor (MARTINS, 2002) que outro ser humano de posição econômica superior. Por fim, os moradores de rua ganham estigmas que têm a ver com as condições econômicas e características morais - estes são atributos depreciativos, como “preguiçoso”, “vagabundo”, “coitado”, termos que expressam a concepção de que a pessoa é moradora de rua por escolha própria, porque, devido à preguiça, não quis trabalhar.

CAPÍTULO 2 – PANORAMA DA POPULAÇÃO DE MORADORES DE RUA DE UBERLÂNDIA-MG

Desde 2009, a Resolução nº 109 deu base à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, documento publicado no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2009, que apresenta os principais serviços de Proteção Básica e Proteção Social Especial a serem realizados pelos Municípios em favor dos segmentos sociais carentes. Esse documento rege as Prefeituras e Secretarias quanto ao atendimento que deve ser prestado, não somente aos moradores de rua, mas a segmentos em situação de risco. Ele é dividido em situações de baixa, média e alta complexidade, trazendo cada segmento carente e o respectivo atendimento necessário. Foi a partir desse documento que nasceram os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, conhecidos como Centro Pop, em resposta às necessidades da população que mora nas ruas. A cidade de Uberlândia conta com uma unidade do Centro Pop, localizada à Rua Rafael Rinaldi, número 1485, bairro Martins, que integra a Sedest.

O número de moradores de rua da cidade não é contabilizado pelo Centro Pop e sim pela Vigilância Socioassistencial. Essa vigilância é responsável pela ronda social, cuja dinâmica consiste basicamente em: os assistentes sociais saem com o carro da prefeitura fazendo ronda em pontos estratégicos da cidade nos quais pessoas em situação de risco se acumulam. Não só moradores de rua, mas crianças e adolescentes sozinhas, sofrendo violência, idosos, usuários de drogas ou outros tipos de situações de risco à vida. A ronda tem o objetivo de conversar e oferecer ajuda, tais como uma noite no albergue, um encaminhamento para tratamento, se necessário, um atendimento no hospital.

O número de moradores de rua em Uberlândia, obtido pela Sedest, é variável, conforme informaram-me pessoas que trabalham na secretaria e acompanham a contagem. O levantamento do Centro Pop foi realizado com base nas fichas de atendimento das pessoas que passam pelo Centro, desta forma, o dado é subnotificado, uma vez que quem não quer ser atendido e não passa por lá, não entra nessa contagem. Já os números da Vigilância Socioassistencial, referente aos moradores de rua, são obtidos pela ronda social. O dado deve ser relativizado, já que o segmento social em questão é flutuante, tanto em termos das ruas e locais de pernoite na cidade, quanto de uma cidade para outra. Assim, não é realizado um censo com metodologia adequada para uma contagem mais confiável. Simplesmente registram os moradores de rua que vão encontrando: nome, local, o motivo da pessoa estar na

rua. Se não há cadastro da pessoa no sistema, no momento da abordagem ela passa a ser contada. A ronda passa pelos pontos principais da cidade fazendo essa abordagem, isso significa que pode haver moradores de rua em outros bairros ou em ruas pouco movimentadas que não serão contabilizados.

Uma ficha completa com detalhamento profundo sobre a pessoa só vai ocorrer no atendimento no Centro Pop, que acontece se a pessoa quiser ser atendida e receber um acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais. Já houve, em 2012, uma tentativa, por parte de casas de acolhimento, de fazer um censo. Fizeram o levantamento, mas não concluíram devido às dificuldades aqui referidas, tais como a mobilidade dessa população, a falta de documentos, o esquecimento de dados pessoais e a escassez de recursos. Logo, os dados veiculados pela prefeitura e mídia local são obtidos pela ronda social e são questionáveis. Porém, utilizo tais dados para esboçar a situação da população de rua em Uberlândia, já que não tive permissão de acesso aos dados da ronda social. O mapeamento⁶ de pessoas em situação de risco na cidade de Uberlândia- MG no ano de 2013, realizado pela Sedest e veiculado em mídia local, será utilizado no presente trabalho, visando informar e compreender a quantidade de moradores de rua que vem sendo monitorado na cidade. Justifico que a Tabela 1 requeriria um desdobramento maior, já que apresenta muitos dados de natureza diferentes juntos. Porém, optei por utilizar o quadro original, divulgado pela Prefeitura de Uberlândia na pesquisa de 2013:

Tabela 1 - Moradores de rua em Uberlândia – dados pessoais

Homens	593
Mulheres	137
Idade entre 20-50 anos	481
Dependente químico	393
Sem documento	274
Estão na rua entre 6 meses a 2 anos	164
Tem o 1º grau	447
Mendicante	253
Flanelinha	187
TOTAL	730

Fonte: Sedest – Prefeitura Municipal de Uberlândia – 03/10/2013

Assim como o mapeamento em nível nacional apresentado na introdução, a quantidade maior de pessoas em situação de rua é do sexo masculino, da ordem de 83% . A faixa etária

⁶Mapeamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social – Prefeitura Municipal de Uberlândia. 03/10/2013 reportagem MGTV 1ª edição – anexo.

predominante é de 20 a 50 anos, constituindo 65,89%. Além do mais, a questão da escolaridade é nítida, já que 61,23% das pessoas em situação de rua em Uberlândia possuem apenas o 1º grau. A partir desse mapeamento, a Prefeitura afirmou possuir um programa para ajudar as pessoas em situação de rua a se reintegrarem em suas cidades, já que muitas delas vieram de outras cidades. Conforme notícia veiculada e transcrita no Anexo, há moradores que revelam ganhar passagem da Prefeitura de sua cidade de origem para vir à Uberlândia com a promessa de conseguir um trabalho, saúde e boa educação. Porém, chegando à cidade, sem conseguir trabalho e moradia, passam a viver nas ruas. Em 2013, quando esse levantamento (vide p. 88) foi realizado, ainda não existia o Centro Pop para acolhê-los e encaminhá-los para onde fosse necessário. Posteriormente, a Prefeitura informou que depois da criação do Centro Pop esse número de 730⁷ aumentou para 1688 em 2014, sendo que cerca de 180 eram atendidas todos os dias no Centro Pop nesse ano. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, 228 novos moradores de rua foram cadastrados no Centro Pop, antes da reordenação, sendo que esta última – conforme secretário do Centro Pop - teve o intuito de organização e otimização dos serviços, além de uma redução no número de pessoas que buscam auxílio no local, visando dar independência ao morador de rua. Hoje, no máximo 20 pessoas são atendidas por dia e não há novo levantamento do número total de moradores de rua em Uberlândia no ano de 2015, os últimos dados são de 2013 e 2014 (Tabela 2).

Tabela 2 - Moradores de rua na cidade de Uberlândia – Ano/População

Moradores de rua - 2013	730 pessoas
Moradores de rua – 2014	1688 pessoas

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia – adaptação da autora.

Mais uma vez, reconheço a existência de um aumento significativo e muito brusco no número de moradores de rua em Uberlândia, que solicitaria uma investigação mais profunda e apurada, além de procurar as razões que o motivaram. Porém, as dificuldades de acesso a dados, falta de abertura dos órgãos a um estudo não permitiram que o trabalhado trouxesse tais questões respondidas. Muitas pessoas ajudaram-me nesse caminho e recebi dados

⁷ Vide Anexo, notícia nº 03.

extraoficiais que ajudaram a criar o panorama da cidade, mas a quantidade de dados oficiais que obtive não foi o suficiente para chegar às respostas necessárias.

Prosseguindo, conforme a Tipificação Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), o Centro Pop seria para

peças que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (p. 40).

Em Uberlândia, o Centro Pop tem uma sede grande, com amplas salas de atendimento e, conforme o secretário, conta com psicólogos e assistentes sociais disponíveis. Apesar de o documento que dava origem aos centros de referência ter sido feito em 2009, o Centro só foi inaugurado em fevereiro de 2014. A despeito de sua criação legal, conforme funcionários do local, disputas políticas atrasaram o início de seu funcionamento.

O Centro Pop localiza-se no bairro Martins, próximo ao Terminal Rodoviário - local aonde chegam e se abrigam muitos moradores de rua – e seu horário de funcionamento estende-se das 7h às 17h. Não há atendimento nos finais de semana, o que revela-se como uma deficiência, já que a vivência dos moradores de rua e seus problemas não cessam nos períodos e horários não comerciais. O Centro Pop recebeu em 2014, em média, 70 pessoas por dia. No início de 2015 passou a receber 180 pessoas, hoje o número não chega a 20, devido ao reordenamento pelo qual o Centro passou entre abril e maio de 2015. Muitos moradores são de Uberlândia ou vivem aqui há algum tempo; outros são migrantes que por alguma razão não tiveram condições de seguir viagem. Algumas pessoas procuram a casa espontaneamente, outras são encaminhadas. Primeiro passam por uma espécie de triagem, fazem um cadastro e logo são encaminhadas a uma série de atividades como pintura, artesanato, computação; a maior parte dentro mesmo do Centro. A proposta de encaminhamento, de acordo com funcionários, é montada de acordo com as necessidades, interesses e aptidões de cada indivíduo. No caso dos dependentes químicos, é necessário um atendimento diferenciado. O centro Pop atua em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e também com grupos de apoio e comunidades terapêuticas.

Nos dois primeiros meses de 2015, o Centro Pop era aberto a todos os moradores de rua, durante o dia inteiro. Era como uma casa aberta a receber essas pessoas que não tinham local pra passar o dia. Lá podiam tomar banho, comer e se socializar. Na parede da entrada principal ficava um quadro com o cronograma de atividades a ser cumprido ao longo do dia, o

que realmente gerava uma socialização nos momentos de alimentação, palestras e atividades como: jogar dama, aprendizagem de corte de cabelo e atividades na internet, nos computadores do centro. Hoje depois da reestruturação do Centro, o local não recebe mais pessoas que não queiram se cadastrar e ser acompanhadas. Ou seja, só atende às pessoas que fazem acompanhamento; se elas estiverem na cidade, sem dinheiro e sem local pra onde ir e quiserem passar o dia na casa, não podem mais. Esse fato costuma acontecer com frequência a muitas pessoas que vêm à Uberlândia esperando encontrar um trabalho de imediato, e ficam nas ruas sem ter dinheiro e nem pra onde ir.

O Centro Pop não vai até o morador de rua. Na ronda social, os assistentes convidam os moradores e os incentivam a procurá-lo. Se a pessoa quiser ser atendida, pode ir ao Centro, cadastrar-se e, então, será redigido o PIA - plano individual de atendimento – tendo assim um atendimento com assistente social e psicólogo para examinar as possíveis causas da situação de rua. Muitos caem nas ruas devido ao rompimento do vínculo familiar, uso de drogas ou álcool. Se o morador de rua estiver sem os documentos, é encaminhado para unidades de atendimento da Prefeitura que refaz os documentos e assim, poderá participar dos cursos de artesanato para conseguir um trabalho.

O Centro, conforme seu secretário, é um “deliberador de emancipação do indivíduo” porque busca oferecer os instrumentos necessários para que esse indivíduo tenha independência e se recupere. O Centro não quer manter alguém comparecendo ao local para pedir ajuda todo dia, mas deseja ensiná-la a caminhar sozinha. Logo, quem não quiser ser cadastrado e não desejar ser acompanhado pelos profissionais da casa, não entra e não recebe atendimento, nem mesmo um prato de comida, como acontecia antes. Transparece a voz do órgão público municipal em questão, que não deseja pessoas dependentes daquela instituição, filas grandes nas portas ou o Centro cheio de pessoas querendo comida. Observa-se, aqui, uma flagrante contradição: é como se o morador de rua fosse enxergado como ‘não cidadão’: ele está nas políticas públicas, ele é cidadão, está incluso (KOWARICK, 1981) porque é seu direito e faz parte dessa sociedade. Mas ao mesmo tempo não faz parte nem mesmo do Centro, que é a iniciativa pública destinada aos moradores de rua. Realmente, após o reordenamento, não existem mais filas para entrar no Centro Pop, porque o atendimento que era para 180 pessoas por dia caiu para 15, no máximo 20 pessoas, conforme relato do próprio secretário do Centro Pop.

É exigido que o morador compareça assiduamente aos acompanhamentos, siga as orientações, tome a refeição oferecida que é o café da manhã, não passe o dia todo no local

como antes, seja atendido pelo psicólogo ou assistente social, não falte ou não se atrase aos agendamentos, e cumpra as aulas de artesanato oferecidas pelo Centro. São muitas exigências a quem não tem relógio e endereço fixo, a quem não segue horário comercial.

Na Tipificação Nacional, há o registro de que o Centro deve “promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporcionar endereço institucional para utilização, como referência, do usuário”. Conforme o secretário do Centro Pop de Uberlândia, a sede passou por uma reestruturação. Até o início do ano de 2015, o local atendia cerca de 180 pessoas por dia, sendo oferecidos café da manhã, almoço, lanche e jantar. A pessoa que passava por ali poderia tomar um banho, fazer um lanche e guardar seus pertences pessoais em sala apropriada, equipada de escaninho com cadeado. A chave ficava com a pessoa que a devolvia ao centro quando pegasse seus pertences e deixasse o local. Se quisessem dormir, eram encaminhados a um albergue parceiro. Conforme o secretário, com a reordenação, o local passou a atender de 15 a 20 pessoas por dia. O local não serve mais todas as refeições, somente o café da manhã composto por café, chá, leite e um pão de sal. A pessoa só entra no local e toma o café se aceitar ser atendido, encaminhado para os cuidados necessários e seguir as terapias prescritas, e demais agendamentos. A sala para guardar os pertences agora é trancada e está desativada, porque as pessoas não tomam banho nem podem fazer outras refeições na casa. Se desejarem fazer as demais refeições do dia, são encaminhadas para albergues.

Perguntei sobre como os moradores de rua reagiram ao saber que um local que até então os recebia e fornecia as principais refeições, diariamente, bem como possibilidades de higiene pessoal, que foi construído para tal finalidade, deixava de atendê-los. Continua de portas abertas, mas não recebe os moradores de rua como antigamente. Conforme o secretário, “é o não que faz o outro a estimular a reflexão”. O Centro sentiu que dava os cafés e os moradores só “enchiam a barriga para, à noite, estarem prontos para o crime”. Por isso, resolveram suspender a alimentação; só o café é servido pra quem está sendo fielmente acompanhado. Aqui é perceptível que a própria instituição voltada para os moradores de rua ajuda a criar o estigma depreciativo desse segmento social, sendo assim, reprodutora de exclusão.

O local foi pensado e projetado para receber os moradores de rua, para que eles possam passar o dia, ver televisão, ver um filme, se alimentar, ter um momento de descanso e fazer cursos de formação profissional. E mesmo no local que é próprio deles, vê-se uma

inclusão parcial, porque o morador não pode mais se alimentar, entrar, tomar banho, guardar seus pertences. O Centro é, em termos, para eles, já que a própria entrada para satisfazer necessidades básicas não é mais permitida. A verba para alimentação, higiene e desenvolvimento de projetos seria para atendê-los e, no entanto, eles encontram-se e à margem no próprio espaço que lhes é destinado. Inclusos mas excluídos (KOWARICK, 1981).

O fato de muitos não terem documentos também revela algo importante: a invisibilidade do morador de rua. São os documentos que permitem ao indivíduo viajar legalmente de uma cidade a outra, receber atendimento médico em postos de saúde, trabalhar com carteira assinada, dar entrada em seguro desemprego e outras bolsas oferecidas pelo Governo a quem tem baixa renda, além de participar politicamente da sociedade, através do seu direito de votar. Alguns moradores de rua passam anos sem documentos. Não votam, não são contabilizados nos censos, não recebem atendimento médico, exceto se houver emergência extrema. São invisíveis aos olhos do Estado e não gozam plenamente do direito ao exercício da democracia.

A cidade de Uberlândia conta com algumas casas de acolhimento, mas apenas quatro são reconhecidas e subvencionadas, ou seja, recebem auxílio financeiro do Município para se manter. São elas: CEAMI resgate, CEAMI reabilitação, Missão Vida e Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia (Icasu). Existem outras instituições que acolhem pessoas nessa situação, mas que não são subvencionadas, tais como os casos da Casa Santa Gemma e do Grupo Ramatisiano.

Quadro 1 - Casas de atendimento aos moradores de rua subvencionadas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia

Casas de atendimento	Tratamento específico	Capacidade	Responsáveis	Localização
CEAMI Resgate	Casa de passagem temporária	31 vagas	Missão CEAMI – Igreja Cristã Ministério CEAMI	Bairro Martins
CEAMI Resgate	Casa de passagem temporária	22 vagas	Missão CEAMI – Igreja Cristã Ministério CEAMI	Bairro Jardim Holanda
CEAMI Reabilitação	Comunidade terapêutica para dependentes químicos.	50 vagas	Missão CEAMI – Igreja Cristã Ministério CEAMI	Bairro Panorama

Missão Vida	Centro de triagem – voltado para dependentes químicos que desejam tratamento.	40 vagas	Igreja Presbiteriana Central de Uberlândia	Bairro Panorama
Icasu – Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia	Formação profissional para jovens –lavanderia industrial.	Não divulgadas. Abre vaga quando alguém desiste	Prefeitura Municipal de Uberlândia	Unidade 1 Bairro Gávea - Unidade 2 Centro

Fonte: elaborado pela autora.

O CEAMI é uma iniciativa da Igreja Cristã Ministério Ceami, fundada em 1997. Conta com três unidades em Uberlândia, além de unidades em Tupaciguara - MG e Brasília-DF. É voltada para moradores de rua do sexo masculino. As unidades dos bairros Martins e Jardim Hollanda são CEAMI Resgate e oferecem 53 vagas, no total. Essas unidades são casas de passagens - nova nomenclatura utilizada para albergues - nas quais as pessoas podem pernoitar, fazer as principais refeições, tomar um banho. Podem ficar alguns dias, mas a casa é de passagem rápida. Na casa, os moradores também são encaminhados a um atendimento médico, caso necessário. Recebem roupas limpas e são direcionados para fazer novos documentos pessoais, caso os tenham perdido. Já o CEAMI Reabilitação é uma casa para recuperação de dependentes químicos do sexo masculino e que tenham acima de 18 anos, com um regime de residência por 8 meses. Buscam, através do trabalho e formação profissional, a reabilitação e reinserção do indivíduo no mercado de trabalho.

A Missão Vida da Igreja Presbiteriana consiste em um centro de triagem, em que o atendido pode residir e participa por dois meses de atividades na cozinha, horta, criação de animais e depois é encaminhado para o Centro de Tratamento em Cocalzinho/GO. A entidade atende em parceria com as prefeituras locais em suas unidades e centros de triagem em vários lugares do Brasil.

A Icasu é voltada para a formação profissional de jovens e adultos. Embora o secretário do Centro Pop afirme que este é voltado para o morador de rua, também atende a mulheres e jovens carentes. Os jovens recebem formação profissional e emprego em empresas conveniadas com a prefeitura, como jovem aprendiz. Podem fazer parte, jovens que estejam cursando, no mínimo, a 8ª série do ensino fundamental ou que tenham de 14 a 23 anos. Já a lavanderia da Icasu fornece trabalho para 200 mulheres que comprovem baixa renda. A ronda

social também encaminha pessoas para esse benefício, quando a pessoa não é dependente química e só precisa buscar um trabalho.

Além dessas casas maiores para passagem e abrigo temporário: Ceami acolhimento e Ceami resgate, Grupo Ramatisiano, todas vinculadas a Igrejas cristãs e espíritas, de diferentes denominações (CEAMI – Grupos Evangélicos; Grupo Ramatis – Espírita), durante a pesquisa, percebi muitos grupos menores sem registro como instituição, mas que ajudam os moradores de ruas. Em um dia de pastoral de rua, um grupo espírita estava nas ruas e em conversa informal contou que todas as sextas-feiras preparavam sanduíches de pão com carne para distribuir. Em outro dia de trabalho de campo, pude acompanhar a visita de um grupo de integrantes da Maçonaria que levava artigos de higiene para a Casa Santa Gemma.

No município há também fazendas de recuperação para internação das pessoas em situação de vícios, que são mantidas e dirigidas por igrejas de diversas denominações, e não pela prefeitura ou Estado. Algumas são mantidas por doações de empresas ou pessoas da comunidade, ou são pagas pelos familiares da pessoa internada. As prefeituras, dessa forma, acabam por se isentar da responsabilidade de cuidar da saúde física e psicológica dessas pessoas. As casas de recuperação, que não são de iniciativa pública, sobrevivem de doação e venda do que produzem, além de contribuições ou mesmo pagamento integral do tratamento por parte dos familiares. Faltam profissionais como médicos e psicólogos em algumas clínicas, o que seria importante para um tratamento eficaz. A fiscalização também é rara, e quase sempre acontece a partir de denúncias, inclusive, de maus tratos. A Prefeitura Municipal de Uberlândia, através da Sedest, afirmou que participa de perto de todo o processo de recuperação dos indivíduos, disponibilizando uma ronda social que passa às noites chamando as pessoas que desejarem internar-se. Ao todo são 8 meses de tratamento, porém o número de vagas é insuficiente e não consegue acolher a todos que desejam se tratar.

A Sedest informou que um dos programas utilizados para reintegração é fazer um cadastro no CaDÚnico - cadastro único - incluindo-os em projetos sociais que ajudem na recuperação; dentre estes projetos estão os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec. Porém, vale lembrar a dificuldade de uma pessoa em situação de rua, talvez com vício, sem alimentação, sem moradia, ao esperar por sua vez em uma fila. E também garantir que este, após essa espera, não raro longa, ao ser avisado, compareça e efetivamente participe de algum curso. Talvez o morador nem possa ser chamado, pois a pessoa sem endereço fixo não tem telefone ou não é facilmente encontrado, caso surja uma vaga.

A Secretaria também informou que tem um último programa de auxílio aos moradores de rua, que funciona como uma campanha direcionada à população. Já que as pessoas reclamam dos pedintes nos semáforos, a campanha vem lembrar à população que dar esmola é contribuir e incentivar para que as pessoas continuem na rua. No Centro Pop, são oferecidos cursos de artesanato para formação e reintegração. Porém, oferecer um curso de artesanato de crochê, confecção de cinto de anel de latinha de refrigerante, confecção de panelas de pressão de brinquedo a partir de latinhas de refrigerante, não resulta, propriamente, em uma formação eficaz para a reinserção do indivíduo no mercado de trabalho. Os moradores de rua necessitam - além do atendimento psicológico e social - de atendimento diferenciado e programas que sejam realmente voltados para o segmento. A reintegração requer paciência, bons profissionais e um eficaz programa de reinserção.

CAPÍTULO 03: BREVE HISTÓRICO DA CASA SANTA GEMMA

A Casa Santa Gemma, local escolhido para encontrar moradores de rua nesta pesquisa, é uma instituição religiosa, ligada à Igreja Católica Apostólica Romana. A Casa Santa Gemma – no limite de sua capacidade de abrigar 17 pessoas - atende de forma gratuita e aberta a todos os moradores de rua que a procurem, desde que sejam pessoas do sexo masculino e obedeçam às regras da casa. A Casa foi fundada em 2003, localizada de início nas proximidades do Aeroporto. Na época, o imóvel era alugado e hoje a sede é própria, tendo sido comprada com o dinheiro de rifas, doações de movimentos da Igreja e ajuda de várias pessoas, inclusive de outras religiões, bem como, empresas. Localiza-se na Rua José Flores, nº 351, bairro Aclimação, Uberlândia/MG. A despeito de sua capacidade de acolhimento ser de 14 pessoas, sempre excede o limite, atingindo de 15 a 17 pessoas. De acordo com seus registros, já passaram pela casa aproximadamente 4.000 pessoas, sejam pessoas que por lá passaram rapidamente, sejam aqueles que ali moraram..

Já existiu, por pouco mais de um ano, uma casa para mulheres, denominada Verônica Giuliane, cuidada por irmãs religiosas da Igreja. Porém, elas eram de uma congregação de outra cidade e após um tempo em missão, deixaram Uberlândia. Algumas voluntárias passaram a dedicar-se esporadicamente às tarefas da casa, mas devido ao pequeno número de voluntárias e dificuldades enfrentadas com dependentes químicas, a casa foi fechada.

A Casa Santa Gemma é voltada para o acolhimento de pessoas que estão morando nas ruas, seja momentaneamente ou em situação fixa. Os moradores geralmente ficam sabendo da existência da casa por outros moradores ou pelo Centro Pop, e assim podem a ela dirigir-se para pedir abrigo; conheceram-na através da Pastoral de Rua. Esta acontece aos sábados e às quartas, quando os religiosos vão até os principais locais onde os moradores de rua costumam dormir, dentre estes, a Praça da Bicota, Praça Segismundo Pereira, Praça Tubal Vilela, Praça da Igreja N. Sra Aparecida, Praça da Bíblia, Rodoviária. Nesses lugares, eles sentam para conversar com os sem-teto, perguntam sobre suas vidas, deixam que eles falem. Com os violões, cantam músicas animadas. De mãos dadas, rezam. É servida uma sopa para os moradores de rua, levada até à praça no carro da Instituição que, por sua vez, também foi fruto de doações. E assim, seguem, de local em local distribuindo a sopa, rezando e cantando.

É desta forma que acontece a abordagem de moradores de rua, para a entrada na Casa Santa Gemma, por meio das conversas entre os missionários da Pastoral e os moradores. A pastoral ocorre todas as quartas-feiras e sábados; às 18h na Casa Santa Gemma acontece um

grupo de oração, com os acolhidos e missionários. Esse grupo é aberto a todos que queiram participar. Após a prece, entre 20h e 21h, os missionários saem para servir a sopa, rezar, cantar e conversar com os moradores de rua. Os missionários permanecem na rua até a comida acabar. Aqueles que desejarem sair da rua podem ser acolhidos pela Casa. Por isso, quase todo sábado tem pessoas novas chegando à casa. Podem ficar ali por quanto tempo precisarem, desde que cumpram as regras do local; regras de boa convivência, tais como: não brigar, não mexer nos pertences dos outros, ajudar nos afazeres da casa, não fumar ou usar entorpecentes dentro e nos arredores da casa, não levar parceiros amorosos para dentro da casa. Por isso, a casa é aberta e as pessoas podem sair e voltar quando quiserem. Cada um é responsável pela limpeza de suas roupas e calçados e ajuda nos afazeres diários da casa. Se precisarem de tratamento para dependência química, são encaminhados pelos missionários a entidades especializadas.

A Casa Santa Gemma vem recebendo moradores de rua há 11 anos, e todo o atendimento é gratuito e sustentado por doações. Os cuidados da casa, bem como a alimentação, ficam a cargo dos próprios moradores que passam por lá e pessoas que trabalham voluntariamente na instituição.

No decorrer do trabalho de campo foi possível observar que a divisão das tarefas funciona e a convivência mantém-se tranquila, apesar de pequenos conflitos. Alguns trabalham mais, outros menos. Em um dos dias da pesquisa ocorreu uma situação digna de nota: uma pequena discussão em que um morador exaltou-se um pouco com o outro, chamando-o de preguiçoso, pois caixotes com verduras tinham chegado e ele continuou sentado no banco vendo os outros carregarem o peso, sozinhos. Apesar da exaltação, não houve contendas maiores. Após essa discussão, o morador levantou e foi ajudar.

Alguns se destacam mais no serviço e responsabilidade porque estão ali há mais tempo e se tornaram referência para os que chegaram depois. Eles cuidam da cozinha e do preparo dos alimentos; em suma, ajudam nos afazeres. Pude presenciar pessoas sentadas ‘catando’ feijão, outros batendo a poeira dos tapetes, outros lavando banheiros. Todos precisam, de uma forma ou de outra, colaborar. A colaboração não é vista pelos moradores como algo ruim, e demonstram gratidão pela casa e companhia das pessoas ali ao redor: “Ninguém é obrigado a cuidar de alguém que não é sua família e eu não queria dar trabalho pra ninguém. Nunca que eu ia aceitar. Ficava na rua mesmo. Aqui o Fernando e o Augusto [fundadores da casa] e os meninos... a gente se junta, se ajuda né...” (Marquito, 50 anos).

Apesar de todos ajudarem, pude observar que há dois moradores mais antigos na casa que se sentem mais responsáveis pelo local. Um deles, Seu Marquito, está na casa há 4 anos, não tem família e tem dificuldades para conseguir emprego. Ele tomou a entidade e os demais moradores como sua casa e sua família. No tempo em que estaria dispensado do trabalho, presenciou-se o morador trabalhando: ele faz o café da tarde, põe a mesa às três horas e chama todos para reunirem-se em torno da mesa. Convoca a uma prece e a inicia. Serve aos outros. Depois tira a mesa do café, guarda as sobras e organiza a cozinha. Assim acontece também nas outras refeições. Em suas falas, expressa amor e admiração pelos três fundadores da casa e que estão à frente desta até o momento presente, por isso o cuidado parece muitas vezes ser uma contribuição ao serviço incondicional daqueles três homens, os fundadores, que têm casa e família.

A Casa Santa Gemma teve início com Fernando, mas Augusto e Juninho ajudaram e continuam firmes na manutenção da casa. Os três são integrantes da Igreja Católica e se conheciam da Igreja. A iniciativa foi deles, de natureza individual, e não institucional, da Igreja da qual participam. Em 1999, era preciso conseguir limões para colocar no mastro da bandeira do santo, em uma festa junina que ocorreria. O Fernando, então, foi até um sítio buscar os limões, mas chegando ao local percebeu que os donos haviam viajado. Andando no local, percebeu que ali estava um porco esquecido, bem magro e maltratado. Voltou à cidade e pediu na casa da Pastoral da criança - casa de assistência infantil da Igreja - as sobras de comida do dia para alimentar o porco. A pessoa que o atendeu na pastoral da criança cercou-o na rua, no dia seguinte, dizendo que havia mais sobras de comida. Estas deram pra alimentar o porco novamente e ainda sobrou com fartura. Fernando, então, foi até o Posto da Matinha (ponto de moradores de rua, prostitutas e dependentes químicos) distribuir aquele alimento e conversar com as pessoas que estavam ali. Assim continuou acontecendo por várias noites seguidas.

Entre parênteses, o episódio lembrou-me o documentário "Ilha das Flores" de Jorge Furtado (1989), que mostra um lugar em Porto Alegre destinado ao depósito de lixo. Ali, crianças disputam alimentos que sequer serviam de alimento para os porcos. A crítica é justamente à desigualdade da sociedade capitalista, em que uma pequena parcela da população vive com muito e a outra parcela, majoritária, vive miseravelmente. A ausência de políticas públicas – que poderiam auxiliar na redução da miséria e exclusão social - contribui para o agravamento de tal situação. No documentário, os seres humanos são colocados em situação abaixo de porcos, pois estes tinham donos que os alimentavam, e os pobres não.

O tomate / plantado pelo senhor Suzuki, / trocado por dinheiro com o supermercado, / trocado pelo dinheiro que dona Anete trocou por perfumes, extraídos das flores, / recusado para o molho do porco, / jogado no lixo / e recusado pelos porcos como alimento / está agora disponível para os seres humanos da Ilha das Flores. [...] O que coloca os seres humanos da Ilha das Flores depois dos porcos na prioridade de escolha de alimentos é o fato de não terem dinheiro nem dono. (FURTADO, 1989)

Parênteses fechados, no início, como ainda não havia a casa, Fernando e seus amigos algumas vezes levavam moradores de rua para suas casas. Depois de 4 anos, alugaram a primeira casa, que fornecia uma única refeição por dia: um café. Aos poucos e com a ajuda das doações, acrescentaram café, cobertor e outras coisas mais, dependendo das doações. Foram 5 anos pagando aluguel com muitas dificuldades. Em 2009-2010 compraram a casa na qual estão até hoje e que, no momento, passa por uma reforma. Além de esta ser de pequena dimensão e insuficiente para atender à demanda, os moradores passaram por um susto no início do ano, em que parte do muro caiu depois de uma forte chuva. A vontade de reformar já existia, então aproveitaram o momento de reconstrução e com a ajuda de doações de materiais e dinheiro para pagar a mão de obra, estão começando uma ampliação da Casa. Um arquiteto doou um projeto, que está afixado na porta de entrada da casa.

É cobrado de cada um ao menos um banho diário e cuidados com a higiene pessoal. Até os produtos de higiene e limpeza da casa são recebidos por doações. A casa sobrevive inteiramente de doações, não há ajuda financeira da Prefeitura ou do Estado. As pessoas que passam pela casa recebem 4 refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche e jantar. São gastos 42 litros de leite por semana; 6 litros por dia, dentre outros alimentos.

Apesar de sua abertura ao público, nem sempre a Casa Santa Gemma atende a todos, em virtude da quantidade de pessoas que já estão abrigadas. A prática é importante, mas não supre a demanda social. A omissão do Estado é sentida, já que grande parte das instituições que recebem esses moradores – incluindo a Casa Santa Gemma – não recebe subsídios. Muitas vezes, por essa ausência, civis e instituições religiosas passam a cuidar e a responsabilizar-se por causas dessa natureza. O número de moradores de rua é grande em Uberlândia, sendo o projeto Centro Pop e as demais instituições insuficientes para atendê-los. Requer melhorias nos mecanismos de redução da exclusão social, como reintegração social e reintegração no mundo do trabalho, mas insta, sobretudo, por ações do Estado, em resposta à gritante situação de desigualdade, e de exclusão, que muito devem ao mercado, e ao sistema excludente de integração social (BURSZTYN, 2003).

CAPÍTULO 4- A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MORADORES DE RUA E DE TRANSEUNTES DA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Partindo da escuta e da observação da vivência dos moradores de rua, e assentada teoricamente no conceito de representação social de Moscovici (2001), o presente capítulo analisa os discursos dos próprios moradores de rua atendidos na Casa Santa Gemma e dos transeuntes da Praça Tubal Vilela, acerca da visão destes sobre os moradores de rua

Discorro, inicialmente, sobre o conceito de representação social desenvolvido pelo psicólogo social romeno Moscovici (2001), como um modo de conhecimento gerado e compartilhado socialmente, que contribui para a construção de uma realidade comum ao grupo social. Esse modo de conhecimento social constitui-se enquanto senso comum, diferente de um saber científico. Essa noção de um ‘modo de conhecimento social’ origina-se de Durkheim que distinguia as representações coletivas das representações individuais. Estas têm por fundamento a consciência individual de cada um, e em contraposição, as representações coletivas baseiam-se na sociedade como um todo. O pensamento coletivo, assim sendo, não é a soma das partes, mas o produto do pensamento do corpo social. Logo, tal pensamento coletivo seria homogêneo e compartilhado por todos os membros da coletividade, assim como um idioma, que tem a função de gerar unidade a partir dos vínculos sociais. Por isso, a linguagem é um fato social, pois tem caráter coletivo, atravessa gerações e exerce um poder coercitivo sobre os demais membros do grupo.

Essas representações coletivas geram formas de opiniões como os mitos, religiões, noções de espaço e tempo, entre outras, assim como as concepções acerca do morador de rua: as opiniões são formadas a partir de representações sociais. Essas formas de opiniões possuem certa constância e objetividade, pois são produzidas e reproduzidas de forma coletiva. Sem que se perceba, a opinião é formada dentro do indivíduo desde a infância e reproduzida ao longo dos anos. Logo, segundo Moscovici (2001), as representações coletivas têm o poder de penetrar em cada indivíduo, vindo de fora, e impor-se. As percepções dos indivíduos sobre o mundo no qual se insere, sobre fenômenos sociais – tais como, os moradores de rua - são construídas coletivamente, a partir dessas representações sociais.

Segundo Moscovici (2001), nem sempre uma representação de um grupo é coletiva e a representação de uma pessoa é individual; alguns fenômenos, ao contrário do que possa parecer, não são relacionados à consciência individual, mas à própria consciência coletiva. Mais importantes do que os atos e pensamentos individuais são os pensamentos e crenças,

derivados do coletivo. Para tal, não podemos partir do estudo de uma consciência individual; o indivíduo é influenciado pelas representações dominantes e, nesse meio, sua consciência é gerada. Logo, as representações do indivíduo vão depender da sociedade em que nasceu, cresceu e foi moldado.

Com esse pensamento, o autor abandona a dicotomia individual/coletivo, e concebe a ideia de classificação das sociedades humanas em dois pólos extremos: primitivas e civilizadas. O pensamento civilizado se forma após anos de estudos e reflexões rigorosas, da busca pela informação de um fenômeno e as causas explicativas do mesmo. Já o pensamento primitivo tende mais aos fenômenos sobrenaturais, ligando fenômenos da natureza à mística. Assim, percebemos que os modelos de representação que formam a mentalidade de um povo são incompreensíveis para outro; cada povo possui um modo próprio de pensamento baseado culturalmente seja em fenômenos sobrenaturais e crenças ou em estudos e reflexões rigorosas.

A análise de Moscovici (2001) também desenvolve um aspecto fundamental do pensamento de Durkheim acerca da representação: a importância do elemento simbólico na vida social. O símbolo representa uma ideia sobre um objeto e essa ideia é compartilhada por indivíduos, sendo exterior ao objeto. O simbolismo, para Durkheim, é a forma pela qual a sociedade se torna consciente de si mesma, havendo uma separação entre elementos individuais e elementos coletivos, como por exemplo, a linguagem. Transforma rituais e outros processos em formas de representação. Assim são bandeiras e emblemas, como representação dos sentimentos e emoções de um povo. Também a partir dessas demonstrações, apresenta bases psíquicas desse simbolismo. Embora Moscovici (2001) reconheça a força que o conceito de representações coletivas traz como forma de problematizar o individualismo nas análises sociais, esse autor cria o conceito de representações sociais, por acreditar que nesse termo caibam maior mobilidade e flexibilidade (FARR, 1995). O que passa a ser levado em conta são as construções contextualizadas de sujeitos sociais a respeito de objetos socialmente valorizados, que podem ser identificados através dos saberes populares e do senso comum, que seria criado por grupos como forma de explicação da realidade. Segundo Moscovici (2001), as representações sociais se constituem como uma série de opiniões, explicações e afirmações que são produzidas a partir do cotidiano dos grupos através das comunicações em geral, onde se elaboram os conhecimentos do senso comum. Logo, percebe-se a influência que os meios de comunicação podem ter sobre os indivíduos. A forma como é exposta uma ideia, por exemplo, sobre o morador de rua, marcará o conhecimento elaborado pelo receptor, influenciando, assim, o ideário da

sociedade sobre o morador de rua e sua identidade. A própria ideia do transeunte acerca do morador de rua revela esse conhecimento elaborado coletivamente em nível do senso comum: são utilizados para designar o fenômeno termos como “coitados”, “sem oportunidades” e até “analfabetos”, mas não houve uma resposta entre as 80 pesquisas que ressaltasse ou criticasse fortemente a ausência de políticas públicas.

Para Jodelet (2001), vivemos em um mundo com outras pessoas, objetos, ideias e aprendemos no cotidiano como lidar com tudo isso. Assim surgem as representações sociais, que nos oferecem um norte para definir e nomear os vários elementos da vida e como nos posicionar frente a eles. Ou seja, as representações apoiam-se em valores criados pelos grupos sociais que imprimem sentido ou significação à vivência de cada pessoa. As instituições ou os meios de comunicação interferem na criação dessas representações, através da influência e por vezes até pela manipulação. A noção de representação social vem permeada de diversos elementos cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc. Assim, Jodelet (2001) afirma que a noção de representação social consiste em uma forma de conhecimento elaborada socialmente e repartida com os outros, visando e contribuindo para a construção de uma realidade comum ao todo social. Conforme a autora

Estas representações formam um sistema e dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações. [...] Finalmente, por meio dessas várias significações, as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Essa visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas – trata-se das funções e das dinâmicas sociais da representação. (JODELET, 2001, p. 21)

Segundo Jodelet (2001), percebemos que as representações sociais são como ‘sistemas de interpretação’ que norteiam nossa relação com o mundo e com os outros. Elas orientam e organizam as condutas e as comunicações com o mundo ao redor. Elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e transformações sociais. Por isso, são as representações sociais que norteiam o pensamento da pessoa quanto às condutas dos indivíduos, definindo o que é certo e o que é errado e formatando suas próprias identidades. Essas ideias são sistemas de interpretação que norteiam a vida das pessoas e são formadas a partir da vivência coletiva.

Jodelet (2001) afirma que o representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser uma pessoa, uma coisa, um acontecimento

material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria. Porém, não há representação sem objeto. Primeiro, a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características tanto do objeto quanto do sujeito se manifestam na representação. Segundo, a representação social tem como objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (aferindo-lhe significações). Tais significações são o resultado de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito. Essa atividade pode referir-se a processos cognitivos assim como a projeções, ilusões, investimentos pulsionais, identitários, motivações, ou seja, o sujeito é visto de um ponto de vista psicológico. Acrescenta-se essa discussão no presente trabalho para justificar e visualizar as estruturas intelectuais e afetivas das representações, as oscilações da vida mental coletiva. Logo, a forma do morador de rua ser visto na sociedade contemporânea expressa os valores desta época, valores do Capitalismo, do consumismo, da efemeridade das relações, da descartabilidade das coisas às pessoas (BAUMAN, 2004). Há uma parcela da população que é ‘bem sucedida’, ganha dinheiro e é consumidora; quem não é consumidor, não é valorizado. Afinal, para o sistema é bom que haja algumas pessoas que não se encaixem nesse modelo capitalista e tornem-se ‘refugo’, para servir de exemplo normativo para os outros, quase um aviso de que todos precisam seguir os moldes atuais de vida e consumo. É preciso adequar-se às regras de vida da sociedade capitalista.

Empiricamente pude observar que a representação social dos transeuntes, acerca do morador de rua, expressa não só uma ideia ou representação individual, mas sim, coletiva. De forma geral, nas pesquisas de opinião não houve muitas propostas ou ideias para inclusão, debates sobre as políticas voltadas para essas pessoas, mas com muita frequência apareceram termos para relacioná-los como “coitados”, “pessoa sem opção”, “pessoa sem oportunidade” e “dó”. São considerados como ‘refugos humanos’, o que reflete o pensamento moldado e compartilhado socialmente que apareceu na média das pesquisas.

As representações expressam o pensamento do todo social, construído, elaborado e compartilhado pelos membros desse todo. Esse pensamento é como uma visão da realidade que pertence ao grupo e, assim, cada grupo pode ter uma representação diferente acerca da realidade. Logo, nas pesquisas aos transeuntes foi preciso indagar sobre a ocupação de cada qual, no intuito de cotejar os posicionamentos e as representações de diferentes classes sociais acerca da exclusão social e aferir, por exemplo, se o advogado tem a mesma visão sobre o morador de rua que o granjeiro; se a aluna tem a mesma visão sobre esse fenômeno social

que a professora; revelando como o pensamento é formado e como alguns indivíduos são influenciados por seu grupo de origem.

Assim, após colher as entrevistas e conversar com os transeuntes acerca dos moradores de rua, o esforço foi perceber como os transeuntes viam o segmento social analisado: quem é esse indivíduo que mora na rua? Quais os símbolos a ele interligados? As expressões captadas para descrever os moradores de rua foram díspares, como: “sem oportunidade”, “pessoas que nunca foram à escola, pessoas analfabetas”, “pilantras”, “vagabundos”, “marginais”, “gente do bem, não mexem com ninguém, são carentes e solitários e Deus sabe que eles são inocentes”, “abandonados”, “sem opção”, dentre outras. Aparecem claramente os estigmas (GOFFMAN, 1988) depreciativos, criados pela condição econômica e moral do morador de rua. A face de “morador de rua”, já conhecida pelas pessoas, é disseminada; trata-se do conhecimento gerado e compartilhado socialmente (MOSCOVICI, 2001; JODELET, 2001). Esse pensamento vem à tona facilmente quando a pergunta leva o nome “morador de rua”. Mas a face escondida do morador de rua humano, que carrega dores, sofrimentos, dependências químicas, doenças, falta de oportunidade, rompimentos familiares, traumas de infância e juventude, ficam invisíveis no estigma já criado.

Tais pensamentos ou juízo de valores podem ser transmitidos de geração em geração, ditando comportamentos acerca do assunto em questão. Esses valores são transmitidos e reproduzidos socialmente. Minayo (1995, p. 89) também trabalha o tema e conceitua representações sociais como

categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social.

Ora, o discurso do indivíduo revela, nas entrelinhas, a percepção de seu grupo de origem acerca do fenômeno social analisado.

Por fim, valho-me da discussão de Fernandes (2005) que interliga a noção de representação social à de desigualdade, peça chave na questão das pessoas em situação de rua. A desigualdade pode ser analisada sob a ótica da diferenciação social, tendo-a vinculada à teoria das classes, tem a ver com a apropriação desigual da riqueza, sendo relacionada diretamente com a exclusão social. As formas de representar a desigualdade,

perceptivelmente, remetem ao sistema social, à sua estruturação. Com base na diferenciação social, é preciso considerar a forma como as pessoas organizam sua existência e estilo de vida, e assim, criam universos de representação condizentes com sua realidade. Com isso, os conceitos de representação e desigualdade orientam a análise para o conhecimento da privação relativa e dos diversos modos de vida e das representações sociais a eles associadas. Assim, houve um discurso de um transeunte que afirmava que ser morador de rua nem deveria ser tão ruim, posto que eles já deveriam ter se acostumado com pouco e viveriam bem, assim. A privação é relativizada, na visão do transeunte. É como se o morador já tivesse se acostumado com o pouco. Porém, ter ‘pouco’ é ruim aos olhos de quem vive ou de quem observa? Será que o morador de rua recebeu a oportunidade de ter mais ao longo da vida?

Há dois tipos de desigualdade, conforme Fernandes (2005), em que o primeiro é próprio das sociedades tradicionais. Cada um obtinha uma riqueza própria para viver e o pensamento naturalizado de que cada um possuía o que merecia, não havia consciência pesada ou sentimentos de justiça/injustiça. Já a desigualdade na sociedade contemporânea envolve termos contraditórios. As pessoas que são livres e gozam dos mesmos direitos civis, não possuem as mesmas condições de existência. O Estado se retira de vários setores da vida social, em que antes atuava protegendo e agora concede espaço ao individualismo que fere a ação coletiva e permite o sofrimento devido à desigualdade dos indivíduos. A desigualdade aqui é própria dessa sociedade que torna comuns a pobreza e a exclusão social, tendo influência sobre a representação social das pessoas acerca do excluído. O sistema produtivo, altamente desenvolvido tecnologicamente, torna-se competitivo e perde a capacidade de oferecer a todos uma chance igual de trabalho estável. A globalização e o trabalho tecnológico favorecem o aumento da riqueza, mas também promovem a desigualdade, influenciando diretamente a vida dos indivíduos e suas condições de sobrevivência.

Pude observar nos entrevistado acerca da responsabilidade sobre a situação de rua, um misto de acharem culpa do Estado, mas também falha na competência da comunidade, em que alguns até desejam fazer algo quando vêem uma pessoa nessas condições mas não sabem como ajudar, já que a violência na cidade cresceu muito nos últimos anos. Muitos relembaram a cidade de Uberlândia que antigamente levava o jeito de cidade interiorana, em que se podia chamar o ‘forasteiro’ pra dentro de casa e oferecer-lhe um copo de água e um prato de comida.

As desigualdades estruturais prevalecem na sociedade contemporânea, mas surgem novas desigualdades próprias desse sistema globalizado como a precariedade do trabalho, a

insegurança em relação ao futuro e a fragilização das relações sociais. Essas precariedades e desigualdades afetam diretamente o modo de vida das pessoas, dando origem a extremados e contrastados modos de vida. Surgem desigualdades ainda mais específicas, dentro de cada categoria, que reforçam e alargam o campo das desigualdades econômicas e sociais. Todas essas questões têm influência direta nas representações sociais, ou seja, na forma como as pessoas veem e justificam as diferenças sociais.

A reflexão teórica sobre representações sociais, aliada à realidade apreendida no trabalho de campo, faz pensar com cautela em cada palavra e vivência relatadas por essas pessoas em situação de rua. Os sujeitos em questão são indivíduos com múltiplas trajetórias e que, valendo-me do termo de Escorel (2003), acumulam muitas ‘desvinculações’. São muitas histórias de vida com rompimento de laços familiares, abandono escolar, situações de violência, falta de oportunidades, e preconceito. Tomar a rua como lar torna-os invisíveis na paisagem da cidade, em meio aos carros, entre os pedestres apressados com seus próprios problemas. Quase nada se torna fixo na vida dessa parcela da população, até seus pertences pessoais são frequentemente ganhados, trocados, abandonados, roubados, queimados. Procuram locais mais escuros e escondidos, na tentativa de tornar um pouco mais privado o que está na rua, exposto publicamente, tais como: gestos de carinho, relações sexuais, alimentação, defecação, vômito: momentos tidos pelos indivíduos como reservados, privados. A necessidade do privado leva o indivíduo, mesmo morando e dormindo na rua, a procurar esconder seus momentos de privacidade, intimidade, e também devido ao medo: a violência das ruas, na noite, assusta mesmo aquele que está acostumado com cada canto da calçada. À noite, nenhum canto é familiar, conhecido; tudo se torna perigoso.

Considero que essa parcela da população viveu e ainda vive uma série de processos de exclusão e sobrevive, de maneira extrema, miserável. Além disso, ser excluído socialmente não consiste somente em ser desprovido de trabalho ou de bens materiais, que são de suma importância para a sobrevivência de qualquer pessoa, como uma casa, roupas, sapato, alimento, entre outros. É também ter laços frágeis e efêmeros nessa sociedade moderna (ESCOREL, 2003; BAUMAN, 2004), não sentir-se pertencente a um grupo ou corpo social, sentir-se vulnerável pela falta de laços sólidos, duráveis e estáveis. São vidas ao léu, “vidas de pessoas desvinculadas no sentido material e afetivo e, no campo simbólico, são marginalizados, discriminados e negados” (ESCOREL, 2003, p. 140).

Ainda conforme Escorel (2003), ao ser humano é precioso o vínculo sociofamiliar e econômico-ocupacional; a inserção do indivíduo no meio sociofamiliar, o laço firme com a

família, os colegas, o time de futebol, o grupo da igreja, entre outros desse gênero, são considerados laços sólidos, fortes e estáveis. Porém, quando não há esses laços ou estes se encontram fragilizados, o indivíduo pode reter-se no isolamento e solidão. Pode ocorrer um distanciamento dos valores e dessas relações que conferem estrutura ao cotidiano do indivíduo e suas trajetórias. Entretanto, na esfera econômico-ocupacional, a exclusão ainda é mais que não ter um bom salário e proteção social. A exclusão dá-se pela condição contemporânea de ser supérfluo e desnecessário. O indivíduo nessas condições pode se tornar vulnerável, instável, passando por condições precárias, com empregos irregulares chamados de ‘bicos’ ou informais. Porém, o emprego para o indivíduo é importante para conferir-lhe sentimentos de legitimidade e dignidade em sua existência de cidadão. Esses processos estão fortemente ligados à identidade e autoestima do “indivíduo-trabalhador-cidadão” (ESCOREL, 2003). O indivíduo tem uma identidade de filho(a), esposo(a), irmão(ã), mas também de trabalhador(a) e cidadão. É preciso, então, um estreitamento dos valores onde se vive, com as pessoas as quais convive, com o ambiente de trabalho. Ter um sentimento de pertencimento e identificação para sentir-se parte daquele todo. Nessa análise, portanto, deve entrar não só a oportunidade do trabalho, mas as condições do trabalhador, perspectivas de futuro, características próprias em termos de identificação e atuação, referencial de valores e comportamentos.

Por fim, para a recuperação efetiva dos moradores de rua é importante também o trabalho de assistentes sociais e psicólogos que, ao atendê-los, vão observando e compreendendo a teia de suas relações familiares e, munidos da necessária qualificação, ajudam-nos a reatar laços, a retomarem a convivência com familiares, axiais para o soerguimento da pessoa.

4.1- REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS MORADORES DE RUA ATENDIDOS PELA CASA SANTA GEMMA

Os moradores de rua, assistidos pela Casa Santa Gemma, foram indagados acerca da ocupação que tinham antes da situação de rua.

Quadro 2 - Atividades realizadas pelos 11 entrevistados antes da situação de rua

Ocupação	Idade	Possuía carteira assinada?	Nível de Escolaridade
Servente	41	Sim – por curtos prazos	Ensino fundamental incompleto.
Ajudante na construção civil	62	Não	Não informado
Pintor	50	Não	8ª série do Ensino Fundamental.
Pedreiro	37	Sim – por curto prazo	4ª série primária
Estudante – não chegou a se formar	27	Não	Ensino médio incompleto
Atividades informais como consertar uma torneira, uma válvula. Conhecidas como “bico”.	52	Não	Só possui primário – não soube especificar
	33	Não	Não soube informar.
	46	Não	Não soube informar.
	52	Não	Ensino Fundamental
Motorista, vendedor e por fim ajudante de carpinteiro	38	No início sim. Depois de um tempo desatualizado, só conseguia na informalidade.	Ensino fundamental incompleto
Motorista, chapa e atividades informais conhecidas como “bicos”	40	Não	8ª série do Ensino Fundamental

Fonte: elaborado pela autora.

A condição de trabalho anterior dos moradores de rua ilustra as palavras de Escorel (2003), posto que ter um trabalho fixo, remunerado, com todos os benefícios assegurados por lei, pode fazer a diferença quanto a alguém ir morar ou não na rua. Os laços sociais construídos em um ambiente de trabalho estável são considerados também mais consistentes e duráveis. Ter um trabalho fixo, remunerado, assegura mais do que um bom salário; confere maiores solidez à estrutura do cotidiano e estabilidade à trajetória do indivíduo. Estar empregado, receber o dinheiro necessário pra provisão das necessidades próprias e da família

faz a diferença e torna o indivíduo valorizado em seu círculo social. Porém, os moradores de rua entrevistados relataram as dificuldades de ter um trabalho fixo ou mesmo permanecer em um quando o encontram, devido à falta de qualificação profissional.

É possível notar no Quadro 2 que os ramos de ocupação que prevalecem entre os moradores é a construção civil e atividades diversas popularmente chamadas de “bicos”. Perguntei o porquê da profissão escolhida e as respostas não foram tão diferentes entre si. Na verdade, mais do que profissões escolhidas, representam certa continuidade ocupacional; o indivíduo nasce e cresce em família humilde; não raro, conhece alguém que trabalha no mesmo ramo familiar e o leva, em tenra idade, a trabalhar consigo, para ajudar a família. Começam trabalhando como serventes de pedreiro, depois passam a pedreiro ou pintor, ocupações nas quais ganham mais do que como servente. Outros cinco entrevistados relataram, de forma peculiar, ter o “bico” como profissão. Na verdade, o “bico” é uma atividade informal de pessoas que consertam coisas, prestam serviços, mas não têm uma profissão específica. Os entrevistados relataram não ter tido a oportunidade de “escolha da profissão”; a vida apertada foi levando-os a fazer algo pra ganhar dinheiro e como não tinham profissão, foram aprendendo e vendendo aqui e acolá o serviço que sabiam exercer. É perceptível, assim, que a informalidade, a ausência de estudo, formação profissional e trabalho fixo, contribuem para a situação de rua. O indivíduo se sente vulnerável e instável. O sentimento de dignidade e legitimidade em um cidadão só existirá se ele sentir-se plenamente contemplado nos direitos oferecidos por seu país.

Sobre esses moradores de rua da cidade de Uberlândia, especificamente entre os que passam pela Casa Santa Gemma, há aqueles que nela permaneceram por dias e depois seguem outras trajetórias. Outros, acabam tomando a casa e as pessoas com as quais convivem como sua família, como seu lar. Na Casa, há pessoas que ficam por apenas um dia, mas há moradores que ali se encontram há anos. Augusto, um dos fundadores da Casa Santa Gemma, afirmou certa vez que, de todos os atendidos, 99% voltam para as ruas: “É difícil ter essa experiência de liberdade, ninguém te colocando ordem, liberdade para fazer o que quiser e depois voltar a morar em uma casa e se adequar a regras”. Talvez a frustração por não conseguir tirar as pessoas da rua faça com que quem trabalha na área deposite a responsabilidade no próprio excluído, mas é preciso mais que uma casa de acolhimento para receber e dar apoio a quem deseja sair das ruas, além de um trabalho psicológico e assistencial muito profundo e bem feito, para auxiliar na decisão efetiva de sair da rua, além de uma oportunidade de trabalho.

Em algumas conversas com os acolhidos, quando eram feitas indagações acerca de como percebiam que as pessoas os consideravam enquanto moradores de rua, alguns responderam logo: “eu não sou mais morador de rua, eu moro aqui! Eu sou daqui!”, mesmo que estivessem no local há poucos dias. Um deles chegou a ser ríspido afirmando que não era mais morador de rua. Percebe-se então, em alguns assistidos, um forte sentimento de pertença à Casa Santa Gemma e às pessoas que lá permanecem. Apesar do rompimento de laços com a família e seu círculo pessoal de relações, bem como relações profissionais e outras, há uma necessidade de ligar-se, de manter vínculos (ESCOREL, 2003). Muitos referiam-se à casa e aos demais acolhidos como “irmãos”, ou referindo-se aos fundadores como mais que fundadores, quase pais ou irmãos. O laço com a casa se tornou forte e a lembrança das ruas não é bem vinda, causando até certa rudeza ou descontentamento ao ser lembrada. Mesmo aqueles que estavam há pouco tempo na casa, quando eram indagados, diziam que agora moravam na casa, que seria vida nova. Alguns realmente ficavam por muito tempo, outros ficavam por 3 ou 4 dias no máximo.

A temática da “experiência de viver na rua” foi relembrada com desgosto desde o primeiro momento. Depois de visitá-los algumas vezes e tentar fazer parte daquele círculo de interações, alguns perguntavam se eu estava estagiando. Expliquei que era um estudo sobre os moradores de rua. Alguns olharam com desdém, e ninguém se ofereceu livremente para participar. Ao contrário; no processo de abordagem para as entrevistas, alguns se esquivaram. Falaram que não queriam, perguntaram se era obrigatório, disseram que não tinham estudado, não sabiam ler e escrever - mesmo eu explicando que só iríamos conversar que eles falariam e eu anotaria - demonstravam certa insatisfação. Insatisfação esta, que não foi verificada na abordagem de outras questões. Um ou outro, em momentos posteriores, aproximou-se tentando entrosar com outros assuntos, perguntando outras coisas e até pedindo ajuda, tal como um que pediu uma mala nova para carregar as roupas que estavam no chão ou ajuda na internet para achar a irmã que há 22 anos não via e que mora aqui na cidade.

Apesar do longo tempo de moradia de alguns na casa, a rotatividade continua grande; há acolhidos que passam pela casa por apenas alguns dias. Muitas vezes no trabalho de campo, conhecia um integrante da casa e na semana seguinte, ao retornar para os trabalhos, ele não estava mais lá. O ‘Gonzaguinha’ está na casa há 11 anos, desde sua fundação. Não consegue emprego e não tem família. Já fez dela seu lar; o Marquito está há 4 anos; o Marcondes também há 4 anos - foi encontrado atropelado na rua; o Assis há 2 anos; e o

Quinzim há 1 ano. Os demais acolhidos permanecem menos de um ano, e um dos acolhidos, Tomás, há 3 dias.

Os moradores de rua são pessoas com trajetórias de vida muito diferentes umas das outras, logo não é possível considerar a população de rua como massa homogênea, tendo como traço comum apenas serem destituídos dos meios materiais para sua própria sobrevivência. Entre tantas entrevistas e conversas nos trabalhos de campo, pude observar não raro que o rompimento com a família foi um fator determinante para que a pessoa buscasse a rua como opção de vida, mais ainda do que as rupturas com o universo do trabalho. Um desentendimento ou separação conjugal, um ambiente familiar hostil ou problemático, instável, pode resultar em uma quebra dos vínculos. Ao perguntar aos entrevistados como aconteceu a situação de rua, muitos relataram problemas familiares, discussões, geralmente provenientes da falta de dinheiro para os gastos básicos, e problemas com bebidas e drogas:

“Sei lá, brigas com a família. Comecei a beber, sou meio ignorante, cansei das coisas...” (Assis, 33 anos)

“Drogas. Foi virando uma bagunça minha vida, minha família né..” (Thiago, 27 anos)

Dos entrevistados, alguns relataram brigas com a família por terem ‘gênio forte’, por alguma desarmonia familiar ou por começarem a beber e a convivência ter se tornado difícil. Alguns relataram que não têm família, pois perderam os pais e não tiveram filhos. Alguns voluntários ainda lembraram o caso de um morador que passou alguns dias por lá; tinha família - esposa e duas filhas -, propriedades e emprego fixo. Porém, a família sofreu um acidente de automóvel em que faleceram a esposa e as duas filhas. Depois disso, o homem deixou tudo pra trás e foi morar nas ruas pra fugir da dor de ter perdido a família. Ele dizia que preferia a dureza das ruas a enfrentar a dor da perda da família. Ele vive perambulando pelas ruas da cidade e é morador de rua por uma questionável opção, não costuma passar por Casas Assistenciais. Neste caso, o rompimento do vínculo familiar foi determinante para a situação de rua.

O Jonas (41 anos) também sente falta de sua família. Natural da zona rural de Janaúba, Norte de MG, está na rua há 6 anos e não tem família, exceto uma irmã que mora em Uberlândia, a qual ele veio procurar. Já pediu auxílio a assistentes sociais e agora queria ajuda de alguém que trabalhasse em rádio. Tem documentos. Já apresentava um descontrole com o

consumo da bebida alcoólica, mas descontrolou-se mais após ter descoberto uma úlcera. Precisou ser operado. Como o trabalho não era de carteira assinada, ele perdeu a vaga. E assim, foi para as ruas, sem família, sem emprego e sem dinheiro. Agora, na casa há 19 dias, espera a segunda cirurgia e afirma que não está bebendo mais porque o médico disse que ele pode morrer de cirrose. Vai se tratar em Uberlândia, enquanto continua a procura pela irmã. É perceptível que a ausência de laços familiares deixa o indivíduo vulnerável (ESCOREL, 2003), mas também coloca-se a questão de um auxílio efetivo para pessoas em situação de risco, como este que, ao passar por uma doença, não teve outra escolha a não ser as ruas.

Para Pais (2006), o conceito de “morte social” refere-se à situação de muitos moradores de rua que parecem moribundos, vivendo em um perfeito estado de alienação e afastamento das redes sociais de parentesco. Ao entrevistar os assistidos da Casa Santa Gemma, somente dois afirmaram não ter família. Alguns têm filhos e há muitos anos estão sem contato. Outros têm pai, mãe, irmãos em outros Estados do Brasil, mas a dificuldade de contato com o passar dos anos e a falta de informação podem fazer com que se percam ao longo do tempo. Outros não têm contato; apenas afirmam ter família, mas é como se realmente tivessem passado por uma ‘morte social’, em que o afastamento da rede familiar gerou uma ruptura do laço. Ao perguntar a aqueles com mais de 50 anos e muito tempo na Casa Santa Gemma, se pretendiam voltar pra sua terra natal, muitos responderam negativamente, afirmando que esta agora era sua casa e pretendiam morrer lá, apesar de terem família em algum lugar do país. O Marquito (50 anos), ao ser indagado se tinha família, respondeu:

“Não. Meus pais morreram eu era menino. Tive umas ‘mulhé’ mas não tive filho. É só eu e Deus. Agora tenho família né..o povo daqui virou família... Deus me deu uma segunda chance aqui..sou muito feliz..”

E assim alguns vão reconstruindo, refazendo a trajetória com uma nova rede de relações. Marquito, assistido pela casa há 4 anos, tinha profissão de pintor quando era mais novo. Por causa de uma doença nos braços e pernas, não conseguiu mais trabalhar. Não tinha uma especialização, a não ser a disponibilidade para exercer serviço pesado, mas a situação do corpo não permitia mais tal esforço. A renda de toda a vida permitia viver, sem sobras, mas pelo menos não faltava nada. Porém, o sonho de ter uma casa própria nunca pôde ser realizado. Isso foi sentido no momento de doença, pois não tinha dinheiro para pagar aluguel. Não tinha família ou a quem pedir socorro. Isso tudo foi contribuindo para que Marquito fosse pras ruas. Os vínculos fazem falta na hora da decisão e também na hora de sair das ruas.

Através das Pastorais de rua, Marquito passou a ser acolhido na Casa Santa Gemma, foi criando novos laços com os missionários e o ‘estar na casa’ é mais que morar ou hospedar-se em um local, é lar. Chamam-se de ‘irmãos’, forma de tratamento muito utilizada entre pessoas que convivem em um mesmo grupo religioso, fenômeno que, sob a perspectiva sociológica, revela também um laço estabelecido. Se anteriormente havia outros moradores de rua ao redor, estes eram chamados de “companheiro”, “amigo” ou “parça” - expressão derivada de parceiro. Agora a relação estreita-se, mostra-se mais íntima: de amigo passa-se a irmão.

Pais (2006) comenta, de acordo com suas observações na rua, que há várias formas de sobrevivência; o próprio ‘esmolar’ possui várias formas. Há a técnica suplicante em que o pedinte exhibe sinais de pobreza extrema, postura silenciosa e reservada como acontece em portas de igreja. Há andarilhos que selecionam transeuntes, pedindo por contato direto. Alguns pedintes seguram letreiros exibindo uma razão para a esmola. Há outros que praticam alguma arte como: malabarismo, pintura ou confecção de ímã de geladeira com arame e tule, e pedem ajuda.

Na cidade de Uberlândia, também pude observar as diversas formas de sobrevivência exercidas pelos moradores de rua. Ao questionar sobre os trabalhos informais por eles exercidos e suas estratégias de sobrevivência, todos afirmaram que não trabalharam como ‘flanelinha’ ou pedintes em calçadas durante esse tempo em que estão nas ruas. A esmola em semáforos foi citada por todos os entrevistados. Dos onze entrevistados, oito afirmaram ‘ganhar as coisas’, pedindo em residências ou estabelecimentos comerciais. Dois ainda relataram que, ao ganhar pacotes de alimentos fechados, trocavam por bebida alcoólica. Um entrevistado relatou que não nasceu em Uberlândia, e aqui ele é morador de rua porque não conseguiu emprego. Mas se tivesse que voltar para sua terra natal, não seria pra pedir: “oras, que vergonha meu povo me vendo pedir” (José, 41 anos). Seria, então, uma forma de resguardar a identidade junto a familiares ou vizinhos. A preocupação com o *status* social persiste e é diferente ser morador de rua em cidade estranha de seu convívio e a cidade natal, em que as pessoas te conhecem. Isto lembra o pensamento de Pais (2006, p. 51) em que “honra e vergonha são preocupações constantes em relações comunitárias ou de vizinhanças”.

Apesar de não ser citadas pelos moradores entrevistados, em conversa informal com voluntários ligados à Casa, foram narradas algumas histórias omitidas pelos assistidos, tais como: pequenos assaltos, furtos, disputas por lugares de dormir ou de pedir esmola. Nenhum dos moradores comentou nas entrevistas, essas estratégias de sobrevivência, e quando indagados acerca dessas estratégias, tais como ser flanelinha, entregar panfletos, limpar os

matos de calçadas das residências por um trocado, entre outras práticas, todos negaram tê-las, admitindo apenas pedir esmolas. Muitos que estavam ali parecem procurar uma nova identidade e tentam esquecer a identidade de “morador de rua”, “assaltante”, “flanelinha”.

Reitero a necessidade, por mim anteriormente aludida, de estabelecer laços, expressa na fala de um dos indivíduos entrevistados, no que tange a ter uma identidade socialmente desejável. O medo de mostrar uma diferente daquela que as pessoas esperam faz com que poucos se revelem; perguntam tudo sobre a pesquisa, falam sobre seus dons, sobre o que faziam antes de morar nas ruas, e pouco revelam acerca de suas vidas nelas. O morador referido não quis participar das entrevistas durante todo o tempo da pesquisa, mas ficava me perguntando sempre sobre o que se tratava esse estudo, o que eu buscava, o que eu queria saber. Quando citei que era sobre “morador de rua” ele falou com rispidez: “Não vou participar porque não sou mais morador de rua. Eu moro aqui. Com esse povo aqui. Faço parte daqui”. Ainda um terceiro assistido da Casa, que participou das entrevistas, afirmou ao ser perguntado sobre a vida nas ruas:

Hoje me enxergo bem melhor mas não tenho saudade das coisas que eu lembro [da rua], tenho é raiva...(Assis, 33 anos)

O estigma (GOFFMAN, 1988) carregado pelos moradores de rua é pesado, é sofrido. Ao atentar para a força da identidade “morador de rua” nas falas dessas pessoas, não é possível afirmar que foram de forma livre e consciente para as ruas. Por certo, concretas situações arrastaram-nos às ruas, na falta de outras opções viáveis.

A categoria ‘moradores de rua’ não possui um perfil único. Os moradores de rua assistidos pela Casa Santa Gemma possuem características diferentes, embora sejam todos do sexo masculino e predomine a faixa etária de 30-50 anos. Os mais jovens (entre 20 e 30 anos) que passaram pela casa não quiseram responder o questionário, mas em conversas corriqueiras acabaram se aproximando. Muitos possuem família, alguns tinham emprego fixo ou mesmo faziam algum “bico”, já fizeram algum tipo de formação ou cursaram o ensino médio. Os assistidos mais jovens parecem não permanecer muito tempo na casa. Durante o tempo da pesquisa encontrei na Casa alguns poucos jovens, porém estes tinham família e algum envolvimento com drogas. Por isso, eram logo encaminhados a uma unidade de tratamento. Somente passavam pela casa, enquanto aguardavam a vaga para o tratamento.

Os jovens moradores que afirmaram possuir algum tipo de dependência tóxica e, em decorrência desse envolvimento, acabaram nas ruas, veem essa experiência como algo

transitório na vida. Eles ainda têm propósito de delas sair e retomar suas vidas. Na espera pelo tratamento, aguardando nos centros de triagem, alguns se arrependem antes mesmo de entrar na instituição e já querem voltar para as ruas. A ideia de estar em uma fazenda afastada assusta, opõe-se, para eles, à ideia de liberdade; seria uma forma de perda da liberdade. Alguns a suportariam por alguns dias, no propósito de desintoxicação, mas às vezes esse propósito só perdura durante o tempo de espera na Casa. Ronaldo (38 anos), ainda que não estivesse na faixa etária mencionada, vive tal situação e estava na casa há 2 dias. Veio de Arinos, Norte de Minas. Em sua cidade natal, tinha emprego como motorista e vendedor, ganhava bem, mas o envolvimento com o álcool e as drogas foi atrapalhando até não conseguir mais nenhum trabalho nessa área. Começou a percorrer trechos, como Arinos - São Paulo - Uberlândia - São Paulo - Uberlândia. Sobrevivia com “bicos” ou serviços temporários que fazia como ajudante de pedreiro e ajudante de carpinteiro. Por fim, está na cidade há 6 meses, nas ruas. No início tinha dinheiro e ficou em um albergue, perto da Rodoviária. Mas o dinheiro foi acabando e ele não conseguiu mais os “bicos” de sempre. Ronaldo afirmou ter ido para as ruas por causa da dependência química e não por falta de família. Tem 2 filhos, com os quais não tem contato há 2 anos, e ex-mulher, com quem não gosta de falar, pois quando se encontram, ela só fala das necessidades materiais dos filhos e isso deixa-o irritado. Às vezes, raramente, ele liga para uma irmã, em Arinos. Ainda tem pai e mãe. Esperava na Casa a vaga que o Centro Pop ficou de lhe arrumar, em um centro de recuperação para dependentes químicos.

Conforme se pode observar no Quadro 3, a parcela maior dos homens que passam pela casa está ainda em idade produtiva, mas nem todos estão nas ruas por dependência tóxica ou por opção própria. Um conjugado de fatores foi responsável pela situação de rua, conforme relatam os entrevistados, dentre estes: problemas familiares, falta de emprego ou doença.

Quadro 3 - Idade e tempo de moradia nas ruas dos assistidos pela Casa Santa Gemma, entrevistados (Uberlândia, MG, 2014)

Idade	Na rua há 1 ano	Na rua há mais de 1 ano	Na rua há 5 anos ou mais
	N		N
0 a 20	-----	-----	-----
21 a 30	1	0	0
31 a 40	1	2	1
41 a 50	1	1	1

mais de 50	0	2	1
Total= 11	3	5	3

Fonte: elaborado pela autora.

A forma como as pessoas veem o morador de rua é sentida por estes últimos. Ao perguntar a percepção dos moradores sobre como as pessoas os enxergavam, a questão da confiabilidade apareceu com certa frequência nas entrevistas:

Olhava com desconfiança! (Marquito, 50 anos)

Não confia na gente. (Tomás, 40 anos)

Algumas falas refletem a percepção dos moradores de que a sociedade enxerga-os de forma negativa, como pessoas suspeitas, estigmatizadas, em suma, de forma negativa (GOFFMAN, 1988). Assim como punição recebem tantas vezes um olhar depreciativo:

Olhava. Quase com nojo mesmo. (Marcondes, 52 anos)

Não é gente. Não é ser humano. (Ronaldo, 38 anos)

Olhava demais, Nossa Senhora, é não ser ninguém viu..não valer nada mesmo... Elas [as pessoas] ... ou tem medo..sei lá, tem até raiva né? Elas não 'gosta' de morador não.(Gonzaguinha, 52 anos)

Porém, a percepção sobre si do morador de rua é mais de própria culpa do que da omissão do Estado, do Sistema ou mesmo da prefeitura local

Mudar! É um pouco culpa da sociedade mas muito é culpa nossa mesmo..(Ronaldo, 38 anos)

Essa noção, percebida tanto em falas dos moradores de rua quanto nas dos transeuntes, traz a tona a questão da meritocracia. Reitero, fazemos parte de uma sociedade capitalista que visa o lucro. Em nosso país, que em tese é democrático, ou seja, um regime que garante direitos a todos, sendo a justiça um direito essencial a ser praticado, seria necessário que todos tivessem as mesmas oportunidades de estudo, moradia, alimentação, informação, saúde. Se não são cumpridos os mesmos benefícios a todos - apesar de serem, formalmente iguais - não se pode falar que haja as mesmas oportunidades de vida para todos. As condições desiguais começam desde a infância, quando a criança vai para a escola e não recebe os mesmos benefícios de crianças de outras classes sociais. Assim, em um país assentado em valores

meritocráticos, quando a pessoa não obtém um nível de desempenho considerado satisfatório, quando não atinge êxito profissional, e não tem um bom emprego e um bom salário, não se remete a uma injustiça social, mas sim à culpa do indivíduo que não se esforçou para tal. Além das pessoas nessas condições sofrerem com baixa autoestima e desmotivação, vemos uma grave legitimação das desigualdades sociais existentes. (DUBET, 2004). Essa legitimação pode ser notada em trechos de entrevistas de moradores de rua:

Tem que sair dessa vida e se esforçar. É só esforçar que tudo dá certo. Que tenha força. (Gonzaguinha, 52 anos, morador de rua sobre si mesmo)

E qual a visão do morador de rua sobre a sua própria situação, em termos de exclusão social?

... não tenho nada. Mas também foi porque eu não quis. Ajuda tem e muita. (Tomás, 40 anos, saiu da casa 1 semana após a pesquisa)

Um pouco. Mais ou menos excluído.. (Ronaldo, 38 anos)

Não. Eu bebi e fui pra rua. Larguei os filhos e tudo. Fui eu que fui cabeçudo, não sei... trabalho muita gente me falava mas eu bebia tanto que nem dava pra continuar. Então não foi falta de chance, sabe? (Marcondes, 52 anos)

Através das falas dos moradores, percebe-se que o indivíduo sente, em menor escala, que a situação de rua é também responsabilidade do governo; toma sobre si, em grande parte, a responsabilidade de estar na rua. Enxerga sua própria categoria como ‘sem vontade’, ‘sem força de vontade’. “Falta de trabalhar”, mas não por falta de oportunidade, e sim por culpa individual.

Sim, antes sim. Hoje não. Parece que ninguém tá nem aí. Esses ‘político’ não quer nada com nada. Agora com essa eleição todo mundo promete coisa boa, mas quem pensa no pobre? Agora que nós ... as vezes depende é de coragem mesmo, sabe? Tem que trabalhar! Sair das ruas, do vício e trabalhar, né? (Gonzaguinha, 52 anos)

Um dos entrevistados relatou “não se sentir parte do todo social”, o que nos remete à concepção de exclusão de Kowarick (1981): ser excluído é ser desprovido de direitos. Logo, não estar fora desse Sistema, faz parte dele, mesmo em sua pobreza, como alguém carente de seus direitos. Assim, o morador de rua faz parte de uma sociedade capitalista, está nela incluído, mas periféricamente. Seus direitos, legalmente estabelecidos, não são garantidos. Ele não integra o contingente de pessoas assistidas por direitos, trabalho, educação e saúde de qualidade. Está incluído porque faz parte desse sistema que comporta um contingente

funcional de pessoas incluídas perifericamente, mas é excluída porque não recebe o mínimo necessário para suprir suas necessidades e sobreviver de forma decente. Ronaldo (38 anos), expressa a representação de si como “constrangido, não sou muito cidadão, me sinto mal”.

Acerca da atuação de policiais:

Como tem sido o trato da polícia? A coisa mais difícil do mundo é ficar na praça. Na Sérgio Pacheco⁸, arrumo a cama onde fica o banheiro. Também [faço isso] na praça da rodoviária. Mas não é a praça da bíblia⁹, outra praça por lá. Está tão difícil que o povo ta começando a dormir no terreno baldio porque aí a polícia não vê ‘nóis’. Deita no meio do mato. A polícia chega falando, dá tantos minutos pra levantar e sair de lá. Se não sai, a polícia bate demais mesmo. Bate o cacetete no meio das perna dos ‘home’. Em São Paulo é pior porque a rota é maior. Eles pegam, mata e ninguém nem dá notícia nunca mais. Pode perguntar aqui, ninguém aqui gosta de policial, as vezes tem alguma exceção mas não, aqui ninguém gosta mesmo de policial. Às vezes a gente é mais protegido com bandido que com a polícia..” (Ronaldo, 38 anos)

Na perspectiva marxista, o aparelho repressivo do Estado (polícia) tem a finalidade de assegurar, a partir da reprodução do poder, a dominação burguesa e a reprodução do capital. O Estado, o poder e a violência (repressão) estão interligados. Assim,

a coerção e ameaça sobre o corpo são, segundo Poulantzas, condições para a existência e manutenção do poder nas sociedades modernas. O poder e o domínio moderno baseiam-se na violência física, embora ela não transpareça no cotidiano. Nas formas de poder e domínio das sociedades modernas os vários procedimentos de criação de consenso (produzidos em grande parte pelos aparelhos ideológicos) desempenham o papel principal, mas a violência física continua a ser o elemento central e determinante do poder político... (LOPES, 2011, p 4.)

O aparelho repressivo-policial do Estado mais expressa coerção e violência, do que segurança para as pessoas desprovidas de cidadania plena, posto que, trabalha, de fato, em defesa dos interesses da classe burguesa e não das classes baixas; é um dos sustentáculos da ordem burguesa.

Finalizando esse tópico, faço minhas as palavras de Costa (2004), referindo-se à sua pesquisa com garis. O sentimento que Costa (2004) teve ao final de sua pesquisa acerca do segmento social analisado [garis], foi o mesmo sentimento que tive, ao final da pesquisa, acerca do segmento que analisei [moradores de rua]. Mesmo que com sujeitos sociais diferentes, a identificação ocorreu devido a uma distância social do sujeito, mas que ao longo da pesquisa causou uma sensibilidade sobre o assunto, uma vontade grande de não só estudar

⁸ Praça Sérgio Pacheco: localizada na Avenida João Pessoa, Centro, Uberlândia/MG.

⁹ Praça da Bíblia: Praça da Bíblia, bairro Martins, Uberlândia/MG.

o tema mas realmente ajudar, seja participando dos eventos referentes à causa, doando o que fosse necessário, comprando rifas, ajudando voluntariamente o local. Mas, além disso, revelando o quanto a visão de pesquisador (a) encontra-se condicionada a uma classe, enraizada em um pensamento comum. Enxerguei a necessidade de desvencilhar-me de tantas velhas e enraizadas noções, vivenciar as experiências de grupo social em questão para então, começar a observar um mundo que antes não estava à minha vista:

Os garis abriram meus olhos. Alguma consciência emergiu. Passei a ver coisas que não via. Passei a ouvir coisas que não ouvia. Passei a sofrer coisas pelas quais não sofria. Pano de fundo tornou-se figura. O drama da luta de classes, já tão enraizado socialmente, contaminando a seiva que vitaliza nossas relações com o outro, transformando nossa visão em cegueira, escancarou-se. (COSTA, p. 57)

Coloca-se, aqui, aspectos da subjetividade da própria pesquisadora, como ser social; a neutralidade não existe na investigação científica; procura-se assegurar a necessária objetividade por meio de procedimentos metodológicos. Assim, afirmo que as entrevistas e os diálogos estabelecidos com esses moradores de rua, o dia a dia vivenciado na Casa Santa Gemma, as visitas ao Centro Pop, me fizeram enxergar coisas que não via e sofrer por coisas pelas quais eu não sofria. Pude perceber, ainda, que o tema demanda muita reflexão, além de envolver outras questões que precisam ser estudadas profundamente. O tempo destinado à elaboração de uma dissertação de mestrado estabelece limites ao processo de pesquisa, mas foi suficiente para mostrar o quanto é preciso amadurecer a discussão acerca desse fenômeno social, que infelizmente tem se naturalizado aos nossos olhos.

4.2 – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRANSEUNTES

A definição de um problema de pesquisa, no espaço acadêmico, é obviamente bem diferente de ir ao encontro do morador de rua, escutar suas percepções sobre si mesmo, suas ideias e vivências. Essas pessoas ganham uma invisibilidade pública, vivenciam, por anos, sofrimento e humilhação, e quase nunca são ouvidas. O costume de ver sempre a mesma situação acaba cegando o transeunte e tornando invisível o morador de rua. Ver uma pessoa deitada no chão, sem moradia ou emprego, já se naturalizou, porque é fenômeno recorrente em toda a sociedade capitalista. Nela, as pessoas ganham traços de impessoalidade como

forma de preservar sua individualidade perante aos grandes e perenes acontecimentos sociais. É como uma onda de informações e acontecimentos na vida do homem moderno, que após algum tempo acaba deixando-o anestesiado, acostumado com os acontecimentos que na verdade se naturalizam porque tornam-se corriqueiros. O homem torna-se insensível a acontecimentos que na verdade deveriam feri-lo.

Essa atitude impessoal, fria, é caracterizada por Simmel (1987) por atitude *blasé*. A atitude *blasé* é vista, nas ruas, quando o homem moderno passa pelo morador de rua e finge que não o vê, porque quase sempre há pessoas em situação de rua ao longo do caminho. Isso ocorre também quando alguém está com fome e pede comida, mas o fato de ver sempre alguém com fome não o sensibiliza mais porque tornou-se rotineiro. E assim, existem tantas outras atitudes que deveriam ferir o ser humano, mas que a sociedade capitalista torna natural nas pessoas pela repetição de tais acontecimentos, e não interessa àquele que passa apressado, pelas ruas se o morador de rua sente fome, se sente frio, se têm casa, se têm histórias, se mentem ou dizem a verdade. São pessoas reais, encontradas ao relento, deitadas no chão, mas de fato invisíveis. Os transeuntes, acostumados a tais situações que grassam nas grandes cidades, tornam-se apáticos, impessoais, frios. A postura de evitar, de início, aparece como a melhor alternativa, seja por não ter assunto para com o morador de rua, seja pelo desconforto causado pela situação, seja por medo. Com o tempo, as pessoas se acostumam com a mesma situação de todos os dias.

Por isso, é preciso escutar e entender a forma como as pessoas veem o morador de rua, captando cada representação social nascida, gerada e compartilhada socialmente através de suas falas. Para isso, foram pesquisados 80 transeuntes dos sexos masculino e feminino, de faixas etárias e ocupações diferentes na Praça Tubal Vilela, local escolhido devido ao grande fluxo de pessoas de várias idades e ocupações que por ela circulam diariamente. A praça também possui moradores de rua, que se escondem nos banheiros, atrás do posto policial, debaixo das árvores e nos bancos da praça. Muitos moradores de rua, que a freqüentam, perambulam durante o dia e à noite voltam para lá dormir.

Sobre os transeuntes entrevistados na Praça Tubal Vilela, apresento os seguintes números:

Quadro 4 - Transeuntes entrevistados, por sexo e faixa etária (08/2014)

Transeuntes da Praça Tubal Vilela – entrevistados		
Faixa Etária	Homens	Mulheres

17-20	17	16
21-30	9	8
31-40	2	3
41-50	5	10
51-60	4	5
61-70	0	1
Total: 80	37	43

Fonte: elaborado pela autora.

A praça é local de passagem, e transeuntes atravessam-na o dia todo para chegar à escola, situada de frente à praça, ao centro comercial, às ruas circunvizinhas, ao prédio do Ministério Público e ainda a uma Unidade de Atendimento Integrado (PSIU). Por isso, a pesquisa contou com muitos jovens que estudam na escola frente à praça, advogados e funcionários públicos do prédio público, professoras e funcionários da escola, vendedores do centro comercial, vendedores ambulantes e desempregados, e algumas pessoas que por ela estavam de passagem.

Quadro 5 - Atividades realizadas pelos transeuntes do sexo masculino entrevistados

Sexo	Faixa etária	Ocupação/profissão
Masculino	17-20	assistente administrativo, granjeiro, estudante, auxiliar de produção, apoio esportivo, atendente de telemarketing, servente, cozinheiro
	21-30	advogado, desempregado, auxiliar administrativo, funcionário público, mestrando, auxiliar de produção,
	31-40	advogado, vendedor ambulante
	41-50	advogado, pintor, empresário
	51-60	corretor de seguros, funcionário público, motorista, desempregado
	61-70	-----

Fonte: elaborado pela autora.

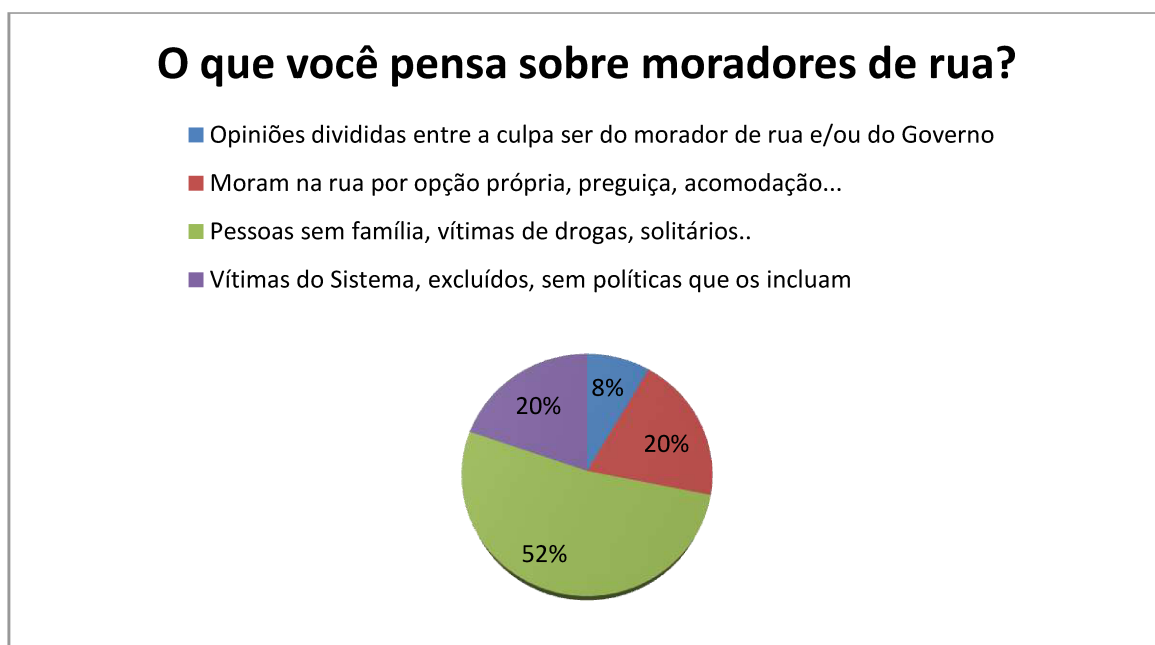
A ocupação é um dado importante para saber se a posição social do transeunte impacta seu pensamento acerca da exclusão social. Por isso, em quadros separados, foram citadas as ocupações de pessoas do sexo masculino e feminino entrevistadas.

Quadro 6 - Atividades realizadas pelas transeuntes do sexo feminino entrevistadas

Sexo	Faixa etária	Ocupação/profissão
Feminino	17-20	estudante, GASP, atendente de telemarketing, vendedora
	21-30	assistente administrativo, advogada, arquiteta, educadora infantil, auxiliar de serviços gerais, professora.
	31-40	fisioterapeuta, educadora infantil.
	41-50	professora, costureira, aposentada, educadora infantil, pedagoga,
	51-60	dona de casa, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de serviços básicos, bibliotecária, cuidadora infantil, aposentada
	61-70	Aposentada

Fonte: elaborado pela autora.

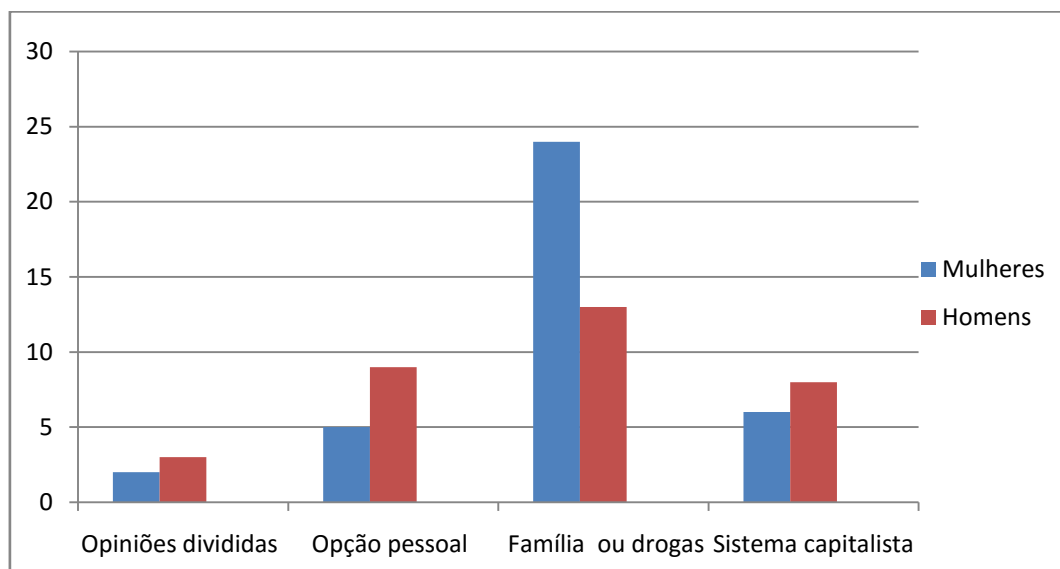
Na forma de pesquisa de opinião, busquei a percepção das pessoas sobre a população de rua, a partir de uma única pergunta: O que você pensa sobre o morador de rua?

Gráfico 1 - Opinião de transeuntes sobre os moradores de rua (2014)

Fonte: elaborado pela autora.

Ao entrevistar transeuntes na Praça Tubal Vilela acerca dos moradores de rua, a distinção de pensamento e a representação social contida na fala de cada entrevistado revelaram diferenças sexuais de opiniões.

Gráfico 2 - Transeuntes entrevistados na Praça Tubal Vilela (2014)



Fonte: elaborado pela autora.

Foram entrevistados, aleatoriamente, 37 homens e 43 mulheres. As mulheres, conforme o Gráfico 2, expressaram-se sobre o assunto com piedade - utilizando palavras como “dó”, “coitado”, “tadinho” em maior número que os homens - remetendo o sem-abrigo a causas como situações familiares complicadas ou ausência de família. A toxicodependência e a solidão também foram citadas, mas como se fossem doenças, enfermidades exteriores ao indivíduo e não escolha ou culpa individual. Essa diferença de posição entre entrevistados de sexos diferentes (24 mulheres e 13 homens) remete ao pensamento de Beauvoir (1949), Tais comportamentos diferentes, de mulheres e homens são construídos socialmente, desde a primeira infância. A proverbial frase: “homens não choram” exalta o orgulho da virilidade, tendo em vista formar no menino uma concepção mais dura e forte. A passividade é um traço trabalhado nas meninas desde a primeira infância, como “um destino imposto por seus educadores e pela sociedade” (1949, p. 21). A passividade feminina permite um olhar mais brando sobre as situações. A atitude masculina, no entanto, é trabalhada nos marcos da rudeza, da disputa, da briga, como signos de independência. Dependência de alguém é considerado próprio do sexo feminino. Do homem requer-se independência, como futuro provedor, da família; aprende desde cedo a apanhar, a lidar com a dor, a desdenhar do

sofrimento, e a recusar as lágrimas. Vannuchi (2010) observa que o comportamento de homem e de mulher não nasce com o sexo da pessoa. Há uma construção social e cultural do comportamento próprio de homem e de mulher de acordo com as regras sociais. Por isso, espera-se que a mulher tenha um comportamento e o homem tenha outro. Essa construção começa na infância e após ser internalizada, norteará seu comportamento e reações enquanto homem ou mulher ao longo da vida.

Se as mulheres entrevistadas, em grande parcela, veem o morador de rua com piedade, os homens, ao contrário, dividem-se nas opiniões, mas uma grande parcela credita a situação de rua somente a fatores pessoais; quando se referem a causas como família e toxicodependência, sempre remetem à vontade individual da pessoa:

Moradores de rua, muitos acham que são marginais, vagabundos, pilantras. Podem até ser, mas muitos, muitas vezes, não tiveram a oportunidade de ser algo nesse mundo (M 01, 17 anos, estudante).

Bom, na minha opinião, morador de rua vive na rua independente do passado dele. Acho que se ele anda e tem dois braços, é como uma pessoa normal, acredito que ele pode correr atrás de um emprego. Isso é que não falta, basta querer (M 02, 19 anos, granjeiro).

Acho que tem emprego e vida pra todo mundo, é só não desistir. Poxa..tô aqui o dia todo, faça sol ou faça chuva, trabalhando pra cuidar da minha casa. Já vendi bala dentro de ônibus. Qualquer coisa eu faço pela minha casa. Então, se eles quiserem, também podem trabalhar. É só ter coragem. (M 03, 37 anos, vendedor ambulante).

Para mim essas pessoas não quiseram trabalhar, e por consequências moram na rua [...] (M 05, 26 anos, apoio esportivo).

Conforme Jodelet (2001), a interiorização de experiências afetivas e normativas, modelos de condutas e pensamento são socialmente inculcadas ou transmitidas pela comunicação social. Os fenômenos cognitivos envolvem a pertença social dos indivíduos nessas experiências normativas. A fala de muitos transeuntes reflete o pensamento acerca de uma pessoa ir morar na rua, que é inculcado socialmente como comportamento inapropriado, desviante (BECKER, 2008) e serve de aviso sobre o que acontece com quem não trabalha. O peso de ser morador de rua, aos olhos do transeunte, recai sobre o indivíduo, às suas questões familiares ou à sua possível dependência química, não derivando de fatores de natureza socioeconômica e política.

Algumas falas recorrentes de transeuntes chamaram a atenção e por isso ganharam destaque. As palavras ‘governo’ e ‘sistema’ apareceram pouco nas respostas (quatro vezes, as duas palavra juntas). A palavra ‘oportunidade’ ou ‘falta de oportunidade’ apareceu dezesseis vezes e, em muitas respostas, as causas de haver pessoas nas ruas foram remetidas à falta de oportunidades de estudo, emprego e uma boa convivência familiar. Revelando a compaixão, a palavra ‘dó’ apareceu dez vezes (sem contar seus sinônimos, tais como ‘tadinho’, ‘coitado’, ‘me corta o coração’, ‘me sinto inquieta e triste’), porém a palavra ‘medo’ apareceu apenas cinco vezes.

Quando eu vejo um morador de rua, eu sinto muita pena, fico imaginando o que levou essa pessoa a viver nessa condição, sinto vontade de ajudar, mas me sinto impotente. Também sinto um pouco de receio e às vezes medo, porque alguns bebem e ficam intimidando. Tenho vontade de ajudá-los, mas não sei como... (F 01, 27 anos, advogada).

Algumas pessoas enxergam o morador de rua como alguém que não tem força ou vontade viver. A culpa recai sobre o indivíduo e não sobre o Estado e seus conflitos sociais. Outros ainda têm a convicção de que a rua foi opção pessoal daquele morador:

Uma pessoa que não tem força de enfrentar os seus problemas e que procura a rua para fugir delas. (F 02, 30 anos, auxiliar de serviços gerais).

Morador de rua: preguiça! Entregou os pontos e deixou de viver. Pessoa acomodada, qualquer coisa entrega os pontos. Não trabalha porque não quer. Dou moedinha no sinal porque me dá dó mas depois fico até com raiva..(F 03, 47 anos, professora).

Muita gente mora na rua porque quer, porque gosta. Não porque tenha necessidade. [...] (F 04, 56 anos, auxiliar de serviços gerais).

Ainda refletindo sobre algumas opiniões dos transeuntes, à luz do pensamento de Minayo (1995) e Jodelet (2001), é possível compreender que as representações sociais traduzem não a maneira individual de pensar a vida, mas o pensamento nascido na coletividade acerca de si mesmo e do mundo em que se insere. Por isso, ao observar essas falas, não se pode analisar o indivíduo, mas sim a sociedade, e a forma como esta percebe o morador de rua e demais excluídos sociais. O morador de rua não é aceito socialmente, é condenado por sua conduta, por não ter casa, não trabalhar, pedir esmola, não tomar banho, por algum ato delinquente e outras atitudes passíveis de condenação porque entram em choque com preceitos ou normas que são fundamentais à manutenção da ordem social. O morador é estigmatizado (GOFFMAN, 1988), classificado, tachado e rotulado.

Vagabundagem! Trabalhar todo mundo pode. (M 08, 52 anos, desempregado).

Para mim, um morador de rua é uma pessoa muito sofrida e que já passou muitas dificuldades na vida. Eu tenho muita dó deles [...]. Cada um tem um modo de viver a sua vida e se eles preferem viver desse jeito é problema deles e eu não tenho nada a ver com isso.(F 25, 17 anos, estudante).

A maioria deles está na rua porque quer, alguns deles têm a chance de ter uma vida melhor pois não têm porque acabar se viciando em drogas e as famílias acabam expulsando eles de casa..(F 33, 17 anos, GASP).

Outras falas dos transeuntes revelaram a ideia da responsabilidade ser apenas dos moradores de rua, ou seja, essas pessoas estão na rua porque não aceitam as normas vigentes, não convivem bem socialmente ou não se comportaram de maneira adequada:

[...] são pessoas que não conseguem se adequar às normas e ao estilo de vida familiar [...] (F 05, 48 anos, costureira- aposentada).

[...] ele não é morador de rua só porque não tem casa e emprego. É desajustado, temperamento forte, pessoas que não obedecem a normas. Não aceitam o convívio no lar. [...] A rua se torna ótimo lugar, em que ninguém manda em você. Vive do jeito que quiser. Essa pessoa não preocupa com qualidade de vida, só com ninguém mandando nela..(F 06, 55 anos, auxiliar de serviços gerais).

Há quem acredite que a situação de rua é própria do sistema, mas pensar em formas de mudar a situação atual parece algo distante da população e revela a falta de interesse das pessoas pela política e seus governantes:

Morador de rua: vítima do Sistema.(F 39, 42 anos, pedagoga).

Morador de rua é consequenciado Sistema. (F 38, 46 anos, professora).

É ou deveria ser dever do Estado garantir os direitos de todos os cidadãos e os moradores de rua não constituem exceção. Caberia também à sociedade civil acompanhar a execução das políticas públicas voltadas aos diferentes segmentos sociais. O morador de rua é cidadão e tem direitos como qualquer outro cidadão dentro da cidade, do país (NASCIMENTO, 2003).

No decorrer da pesquisa, entrevistei uma única pessoa com mais de 60 anos, que falou sobre o Estado, sobre o prefeito e a necessidade de programas para inclusão:

Abandonados pela vida, pelo mundo. A gente precisa ajudar demais. O Estado também. O prefeito da cidade...as cidades precisavam ter programas para incluir eles. Ajudar eles a trabalhar...(F35, 67 anos, aposentada).

Ao longo da vida, as pessoas talvez adquiram uma consciência de que é preciso cobrar do governo uma atitude. Além disso, há crianças, adultos e idosos nas ruas, sem o mínimo de

condições para sobrevivência. Vivemos em uma mesma sociedade e a preocupação com o nível de desigualdade social e a miséria é de suma importância na consciência de todos aqueles que fazem parte do corpo social.

O presente trabalho não teve como objetivo somente entender a forma como as pessoas veem os moradores de rua e como estes se vêem, mas também levantar reflexões que possam estimular discussões e fomentar ações. Que as ponderações presentes nesse trabalho sirvam para novos esforços, ajudem no conhecimento e nos torne mais capazes “de fundar uma cidade mais compatível com seus cidadãos” (COSTA, 2004, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É preciso abandonar a retórica romântica de apontá-los como pessoas livres que escolheram estar na rua como um exercício de liberdade e ouvir o que têm a dizer sobre o seu sofrimento e a vontade que alguns ainda expressam de sair dessa situação de absoluta penúria. A idéia de defender o direito dessas pessoas ficarem na rua, expondo-se à violência física e simbólica de todos, inclusive dos próprios companheiros, ou de considerar essa situação como chaga da sociedade que precisa continuar a ser vista cotidianamente deve ser repensada. Até porque ser tratado como chaga e obrigado a ser visto assim talvez não seja o desejo dos moradores da rua, cuja única organização conhecida em São Paulo foi autodenominada ‘sofredores de rua’.(ZALUAR, 1995, p. 57)

Começo as considerações finais com esse trecho de Zaluvar (1995), também transcrito no texto de Vilas-Bôas (2007). Após as pesquisas de campo, reflexões teóricas, visitas ao Centro Pop e Casa Santa Gemma, conversas informais com funcionários e voluntários desses locais e, sobretudo conversas com os moradores de rua atendidos na Santa Gemma, vejo a complexidade da questão e a necessidade de respostas a questões de desigualdade e exclusão social.

A exclusão social e a pobreza acabam por fomentar uma vulnerabilidade social, empurrando indivíduos que estão à margem de seus direitos para um mundo de violência, drogas, tráfico, prostituição. A criminalidade e a violência são reais. A minha hipótese de não se estar nas ruas por escolha corrobora a tese de que o sistema capitalista gera desigualdades, beneficia as classes mais abastadas e faz do indivíduo pobre e desempregado de modo “funcional”, em termos normativos, um lembrete para a sociedade de como terminam aqueles que não se encaixam no sistema (KOWARICK, 1981).

Porém, a despeito do aspecto estrutural, ora referido, não se pode negar a existência de um espaço de ação do indivíduo. Enxergo quem é o morador de rua: cada um a seu modo, carregam suas dores, lembranças, sofrimentos, qualidades e defeitos; alguns trazem sinais da violência - como vítima ou agressor. Mas a responsabilidade não pode ser depositada apenas no indivíduo, que não recebe tratamento e condições para uma vida digna. Há omissão por parte de órgãos públicos, sejam estes municipais, estaduais ou federais, por Instituições voltadas a esse segmento social.

A existência de casas de acolhimento de moradores de rua, de cunho religioso denota o caráter caritativo, e não de política social; revela a desobrigação do Estado, o não reconhecimento de direitos de qualquer cidadão, característico do Neoliberalismo.

Considerar que a escolha de ficar na rua é do próprio indivíduo e que ele tem essa liberdade de escolher é pensamento extremamente redutor; ele teria mesmo a opção de decidir por onde seguir, caso tivesse uma casa, um trabalho e condições dignas de sobrevivência. Assim, poderia mesmo optar entre ficar ou partir. Mas, se não lhe são asseguradas condições básicas de sobrevivência e, se mesmo os locais construídos para recebê-los fecham as portas, a rua se torna uma opção quase compulsória.

O estigma sobre os moradores de rua pôde ser observado na rua por eles mesmos, pelos transeuntes que passam apressados por aquela praça, mas também pelas pessoas responsáveis pelo cuidado dispensado a esse segmento social. Um local que deveria ser de desconstrução de estigmas, de acolhida no abraço e na hospitalidade, de cura de feridas – físicas e psicológicas – acaba por reforçar o estigma ao fechar as portas para uma refeição digna, mesmo quando esta é oficialmente garantida ou ao afirmar que a comida só serve para “encher a barriga para a noite praticar o crime”.

Em diálogo com os fundadores da Casa Santa Gemma, eles discorreram sobre a raridade de algum morador se reerguer e sair das ruas. A maior parte dos atendidos que já passaram pela casa, retorna às ruas; muitos moradores de rua vão passando por todas as casas de acolhimento e recuperação, mas no final voltam para as ruas. Nesse sentido, é importante oferecer condições básicas de sobrevivência, e também o auxílio de profissionais da área da psicologia, já que a baixa autoestima do morador de rua, faz com que ele não acredite que as coisas possam melhorar após ter passado por tantas experiências negativas, tais como: transtornos psicológicos e psiquiátricos que vão surgindo devido à má alimentação; friagem das noites nas ruas; maus tratos e situações extremas para qualquer indivíduo, independente de morar muito tempo nas ruas ou não; comportamento agressivo adquirido nas ruas por reação à violência e maus tratos.

Enfim, podem ser muitas as questões que influenciam a decisão de lutar ou não por uma mudança de vida, ou passar a cometer delitos e atos violentos. Não ignoro essa face de muitos moradores de rua, não ignoro também o fato de eles realmente fazerem suas escolhas e, mesmo na rua, serem responsáveis por suas ações. Mas meu ponto inicial de estudo e reflexão, e agora de fechamento, aponta a ausência de uma política pública realmente voltada para esse segmento, que possa fazer diferença na escolha dessas pessoas. Não há como se reerguer se não têm um trabalho em vista, uma formação, um teto ou programas realmente voltados para os interesses desse segmento. A escolha compulsória pela rua talvez fosse

diferente, se fosse oferecida a esse cidadão uma oportunidade de formação eficaz em área de seu interesse, além de oportunidade de trabalho nela.

Quando são oferecidas chances de sair da rua para ficar nas casas de passagem (geralmente temporárias), sem formação ou trabalho em vista, sem um local pra passar o dia ou pra fazer uma refeição, fazendo os cursos de reinserção no mercado de trabalho que ensina a fazer cinto de anel de latinha, o morador de rua não vê estabilidade, solidez no que lhe é oferecido. É tachado de “vagabundo”, “preguiçoso”, “bandido”. É preciso ter a coragem de enfrentar uma realidade que clama por mudanças, pedindo políticas mais efetivas, seja até mesmo por parcerias com empresas ou aproveitando o próprio espaço que já se tem para implementar ideias simples, mas que de fato sejam eficazes.

A presença do morador de rua desconcerta e incomoda a população. Por medo, por não saber o que fazer, por não querer um “sujo, preguiçoso, bandido” perto de sua casa. Tornam-se ameaçadores (NASCIMENTO, 2003) e passíveis de ser eliminados (OLIVEIRA, 1997). Tornam-se, como afirma Bauman (2004), descartáveis.

Resolver o problema da situação de moradores de rua em qualquer lugar do mundo é, de fato, uma questão complexa, e a cidade de Uberlândia não é exceção. Erradicar tal situação requer o concurso de medidas estruturais, nas áreas econômicas, políticas, sociais, psicológicas, a despeito da possibilidade de atuações pontuais no sentido de minimizar as consequências dos processos de exclusão e marginalização, enquanto aquelas não se concretizam.

Ainda que, na ausência de tais mudanças estruturais, não seja possível alterar todo o contexto da degradante situação dos moradores de rua em Uberlândia, abre-se espaços para a necessária execução de um programa mais eficaz para acolhimento e auxílio efetivo para esse segmento social marginalizado.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Globalização – as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo sexo. Volume 2: a experiência vivida*. Difusão Europeia do livro, 1949.
- BECKER, H.S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009. 56p.
- BURSZTYN, M. ARAUJO, C. H. *Da Utopia à exclusão*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.
- _____. *No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 15-50.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASA SANTA GEMMA. Disponível em: <www.casasantagemma.com.br>. Acesso em: 06/07/2014.
- CEAMI. Disponível em: <<http://www.ceamimissoes.com.br>>. Acesso em 16/10/2013.
- CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Abrigo para vítima de violência doméstica volta a funcionar em Uberlândia*. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-volta-a-funcionar-em-uberlandia>>. Acesso em 16/10/2013.
- COSTA, F. B. *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.
- COURA, C. P. *Nos limiares da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman*. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/>>. Acesso em 07/04/2014.
- CUNHA, L. A. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEMO, P. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopoles.net/index.php?>. Acesso em: 05/08/2014.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em:<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em 18/11/2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em:<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em 19/11/2015.

DUBET, F. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>>. Acesso em 30/06/2015.

ESCOREL, S. *Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro*. In: BURSZTYN, M. (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: *Textos em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.31-59.

FERNANDES, A. F. Desigualdades e representações sociais. *Sociologia*, n. 10, 2005, p. 203 – 214. Disponível em:<<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8198>>. Acesso em 09/08/2014.

FERNÁNDEZ, M. J. *La construcción social de la pobreza en la sociología de Simmel Cuadernos de Trabajo Social*. Madri: Universidad Complutense de Madri, 2000, v. 13, p. 15-32.

FERREIRA, F. P. M. *População em situação de rua: conceitos e mensuração*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pesquisa.../714_2.ppt>. Acesso em: 16/06/2015.

FURTADO, J. ILHA DAS FLORES (doc). Porto Alegre: SP: sd, 1989, 12 min. Disponível em:<<http://www.youtube.com/watch?v=KAZhAXjUG28>>. Acesso em: 29/09/2014.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo, Editora da Unesp, 1991.

_____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GORI, R. M. de A. Observação participativa e pesquisa-ação: aplicações na pesquisa e no contexto educacional. *Revista eletrônica de educação do curso de pedagogia do Campus de pedagogia de Jataí da Universidade Federal de Uberlândia*. Disponível

em:<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ritref/article/viewFile/20329/11820>>. Acesso em 26/08/2014.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. Ins: *Estudos avançados*, vol 14, nº 40, São Paulo, set/dez 2000. Instituto de estudos avançados – USP.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p.17-44.

JORNAL PARANAÍBA. *Centro Pop atende 700 pessoas que vivem nas ruas*. Reportagem exibida em 11/08/201. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=mszmGG72_xU>. Acesso em: 03/2015

_____. *155 moradores de rua são identificados todo mês*. Reportagem exibida em 13/02/2015. Disponível em:<http://www.tvparanaiba.com.br/videos/ver/categoria/jp/data/14-02-2015/arquivo/155-moradores-de-rua-sao-identificados-todo-mes_14-02-2015_24333.htm>. Acesso em 03/2015.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

L'APICCIRELLA, N. *O papel da educação da legitimação da violência simbólica*. In: Revista eletrônica de Ciências, nº 20, São Carlos, Julho de 2003. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_20/violenciasimbolo.html>. Acesso em 11/12/2015.

LOPES, C. da S. O Estado, o Poder e os Aparelhos Repressivos: um debate sobre a proposta poulantziana de transição para o socialismo-democrático. *Anais...IV Colóquio CEMARX*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m4c4.pdf>>. Acesso em 03/07/2015.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. *O Capital: critica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. de S. M. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, M.C. *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: GUARESCHI, A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995, p.89-111.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 16/06/2015.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (org) *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p.45-66.

NASCIMENTO, E. P. do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, p. 49-61, fev.1997. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04>. Acesso em 08/05/2015.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 17-33.

PAIS, J. M. *Nos rastros da solidão. Deambulações sociológicas*. Porto: Âmbar, 2006.

PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO DE RUA. *Sumário executivo*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em 16/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Secretaria cria comitê voltado para atendimento aos moradores de rua*. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&id=4915>> Acesso em 16/10/2013.

POPPER, K. *A lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix, 1990.

REDE GLOBO. *Pessoas que vivem nas ruas têm perfil mapeado emUberlândia*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/10/pessoas-que-vivem-nas-ruas-tem-perfil-mapeado-em-uberlandia.html>>. Acesso em 16/10/2013.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SILVEIRA, F. *Censo Nacional de População em situação de rua. Desenvolvimento e aplicação da metodologia*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-sistemas-de-protecao-social-2013-desafios-no-contexto-latinoamericano/arquivos/apresentacoes/painel_3.2_-_flavio_silveira.pdf/download>. Acesso em 16/06/2015.

TAVARES FILHO, T. E. *Marginalidade, desvio social e qualidade de vida*. Disponível em: <<http://www.professorthometavares.com.br/downloads/Marginalidade,%20desvio%20social%20e%20qualidade%20de%20vida.pdf>>. Acesso em 16/10/2013.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais>>. Acesso em 16/06/2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TV VITORIOSA. *Prefeitura contabiliza número de moradores de rua em Uberlândia. Levantamento realizado pela SEDEST de 08/2012 a 08/2013*. Reportagem exibida em 02 de Agosto de 2013. Disponível em: <<http://uiipi.com.br/destaques/destaque-1/2013/08/02/prefeitura-contabiliza-o-numero-de-moradores-de-rua-em-uberlandia/>>. Acesso em 03/2015.

VANNUCHI, M. L. *A construção das identidades de gênero*. In: *Revista Caderno espaço feminino*, v. 23, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/7591>>. Acesso em 04/10/2014.

VIEIRA, M. A. da C.; BEZERRA, E. M.R.; ROSA, C. M. M. *População de rua: como é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 2004.

VILAS-BÔAS, M. *Os moradores de rua e suas trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte*. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Acesso em 19/08/2014.

VILLAS BÔAS, L. P. S. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, mai/ago. 2010.

ZALUAR, A. “Comentário” e “Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua” In: ROSA, C. M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANEXO - NOTÍCIAS VEICULADAS PELA MÍDIA EM UBERLÂNDIA SOBRE MORADORES DE RUA

Notícia 01: Prefeitura contabiliza número de moradores de rua em Uberlândia.

Segundo um levantamento feito nos últimos 12 meses pela Prefeitura de Uberlândia, cerca de 730 pessoas vivem nas ruas da cidade. Ainda de acordo com a pesquisa, 60% dessas pessoas são de outras cidades, enquanto 40% são do município, mas acabaram nas ruas por desentendimentos familiares e/ou dependência química.

Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Uberlândia, mais da metade dessas pessoas tem envolvimento com drogas, portanto, será ampliado o número de equipes para abordá-las e identificar suas necessidades. Hoje existe apenas uma, mas a meta é formar quatro. Além disso, aqueles que necessitarem de tratamento para dependência química, poderão ser encaminhados a comunidades terapêuticas. Mas ainda não existe um levantamento de vagas disponíveis atualmente.

Nossa equipe conversou com uma moradora de rua, Patrícia, e seu companheiro. Eles vivem na Praça Tubal Vilela há um mês e antes disso viviam na Praça Sérgio Pacheco. Ambos são de Apucarana, no Paraná, e estão na cidade há alguns meses em busca de emprego. Patrícia disse que a vida nas ruas não é tranquila e ela não consegue dormir à noite. Seu companheiro, há alguns dias, apanhou de outros moradores de rua e ficou com os olhos machucados.

Além do aumento das vagas para tratamento em dependência química, outra possibilidade é a prefeitura custear o retorno dessas pessoas para suas cidades de origem. Segundo o secretário municipal da pasta, Murilo Ferreira, a PMU está preparando um Programa Municipal para Enfrentamento e Acompanhamento desta situação. “Nós não podemos deixar que Uberlândia se transforme num ponto de transição de população de rua.

TV VITORIOSA. *Prefeitura contabiliza número de moradores de rua em Uberlândia*. 2013. Disponível em:< <http://uiipi.com.br/destaques/destaque-1/2013/08/02/prefeitura-contabiliza-o-numero-de-moradores-de-rua-em-uberlandia/>>. Acesso em 03/2015.

Notícia 02: Centro Pop atende 700 pessoas que vivem nas ruas.

Leandro mostra as motos que faz com latinhas de alumínio recolhidas no lixo: “Eu ando na rua, de noite pra baixo, junto umas latinhas e recorto elas, pego uma tesoura e recorto, aí vai montando o projeto que é fazendo as pecinhas e vai saindo a imaginação”. Da oficina de artesanato também surgem cartões, dobraduras de papel e miniaturas. Uma forma de passar o tempo e ocupar a cabeça. Leandro diz que a dificuldade para conseguir um emprego levou-o a abandonar os dois filhos e a mulher que está grávida do terceiro, prestes a nascer. Hoje mora nas ruas e conta com a ajuda do Centro Pop – Centro de Referência especializado para População em Situação de rua. Aqui a história de Leandro se mistura a de outras parecidas. O Centro funciona das 7 da manhã às 17h da tarde. “Ele chega aqui, se identifica na recepção, ele recebe um kit de higiene pessoal, toalhas, roupas, toma um banho. Ele toma o café da manhã e tem as atividades. Ele passa para o atendimento individual ou atividades em grupo. Nós temos atividade de grupo, para trabalhar questões de integração. Nós temos a oficina de artesanato, que ela é conduzida através do nosso instrutor de artes e também é livre para aquele artesão que já tenha a sua experiência. Então ele já trabalha como autônomo, ele faz a produção dele aqui e vende”, afirma Vera Luce de Souza Faria – coordenadora do Centro Pop.

O que mais chama atenção nas histórias das pessoas atendidas aqui no Centro Pop é de que elas dizem que aqui nesse local, diferente das ruas, elas são tratadas como gente. O motivo pode ser a discriminação seja pela falta de atenção das autoridades ou pelo medo de quem enxerga neles uma ameaça. Há um mês os primos Davi e Ariel de 21 anos decidiram mudar de vida. Saíram de Uberaba para conhecer o mundo. “Aqui a gente é tratado como um igual. Na rua, o preconceito é muito grande e aqui a gente não tem esse tipo de coisa. E quando a gente escolhe estar aqui, a gente está escolhendo deixar de fazer várias coisas, que poderia se arrepender depois nas ruas” afirma Davi Prado. “Na rua, a gente não tem o acolhimento que a gente tem aqui. O próprio convívio com o pessoal, a gente joga bola, joga dama e cria um laço até familiar. Pode-se dizer que é bem diferente da rua, que não tem aquela relação humana, proximidade com o outro”, afirma Ariel Zuco.

Desde a inauguração da unidade em fevereiro deste ano, 700 pessoas entre homens, mulheres e idosos já passaram por aqui. A estrutura é composta para as pessoas passarem o dia. Para frequentar o local existem regras. Bolsas e sacolas são deixadas aqui. As outras estão estampadas no quadro na parede. Nesta sala eles têm a oportunidade de desabafar com um

psicólogo, contar os medos e as angústias e ainda planejar o futuro. No momento em que a nossa reportagem esteve no centro, eles faziam o lanche da tarde. Café com leite e pão. Para passar o tempo, a sala de TV e quebra cabeça são opções de atividades. O Centro Pop também tem uma lavanderia, são as próprias pessoas que se encarregam de lavar a roupa. Todas as normas ajudam a retomar o convívio em sociedade. “Nós já conseguimos uma média de 9 pessoas que já retornaram ao convívio com a família, até fora de Uberlândia. Nós trabalhamos com um grupo de pessoas homoafetivas. Nós conseguimos retorná-las. Hoje elas estão trabalhando, montaram salão de beleza estão trabalhando com a família. Nós temos pessoas que foram contratadas e estão trabalhando em fazenda. Estão trabalhando em empresa, estão trabalhando em oficinas de artesanato de algumas instituições” afirma Vera Luce.

Quem é atendido aqui é direcionado à noite para albergues ou acabam dormindo nas ruas porque o Centro Pop é um local de passagem e não de moradia permanente. “Eu sinto bem aqui”, afirma Rosa Maria de Oliveira. Eu pergunto: A senhora já esta com os documentos nas mãos. O que a senhora vai fazer agora? “Vou pegar eles. Vou guardar e eu vou dormir no albergue e amanhã vou embora pra Rondonópolis de carona”.

Notícia 03: 155 moradores de rua são identificados todo mês.

Este homem prefere não se identificar diz ter vergonha pela situação que está passando. Há dois meses, quando veio de Luziânia para Uberlândia à procura de trabalho, mas logo que chegou foi roubado ainda na Rodoviária. “Eu vim para ir a Ribeirão Preto - São Paulo, mas aí o cara mandou eu descer aqui, que aqui era bom de serviço. Aí o próprio cara que estava comigo roubou eu, e eu to aí há dois meses na rua”. Sem documentos, ele não conseguiu emprego. Sem dinheiro, só encontrou na Praça Tubal Vilela um local para dormir e passar os dias. Eu pergunto se ele fica preocupado: “Ah, você ta dormindo, neguinho chega lá e toca fogo em você, chega lá e dá uma facada em você, chega lá e faz alguma coisa de errado com você. A gente pensa isso, entendeu?”.

Em Uberlândia, foram identificados 1688 novos moradores de rua, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho. Mais de 2.600 casos, tanto destes novos moradores de rua quanto dos que já existiam no Município receberam acompanhamento do Centro Pop – o Centro de Referência especializado para População em Situação de rua. “É um trabalho de conquista, sempre em contato tentando sensibilizar, mostrar as dificuldades oferecendo oportunidades; outros tipos de recursos pra ele sair dessa rua. Então é um trabalho, não é fácil, é um trabalho difícil” afirma Vera Luce, coordenadora do Centro Pop.

Em janeiro e fevereiro deste ano, 228 novos moradores de rua foram cadastrados no Centro Pop. A maior parte dos atendimentos segundo a coordenadora é composta por pessoas de outras cidades. Só no ano passado 204 pessoas foram encaminhadas para a cidade de origem e este ano foram 23 pessoas, tudo seguindo as orientações dos profissionais do Centro Pop, mas aqui quem é atendido tem que ir embora até as 17h da tarde. Para dormir, precisa procurar um albergue. Uma opção é este que fica no bairro Brasil, na região Central da cidade e atende cerca de 60 pessoas todas as noites. “Atendemos com higienização corporal, pernoite, almoço jantar, café da manhã e da tarde e atendimento social. A gente atende por 3 a 7 dias a pessoa. Dependendo de cada caso liberamos por mais tempo. Às vezes a pessoa vem em busca de trabalho, ela precisa de mais tempo, então isso acontece. A gente acaba atendendo pra ela poder se restabelecer. Tanto no Centro Pop quanto nos albergues, o atendimento é feito por demanda espontânea. Isso quer dizer que a pessoa precisa vir até aqui para ser acolhida, mas existe também a abordagem social que os moradores de rua são abordados. Em Uberlândia, a abordagem em praças e locais que os moradores de rua ficam é

feita tanto pela prefeitura quanto por ONGs que fazem visita toda semana. É o caso da Casa Santa Gemma, que oferece acolhimento para quem não tem onde morar. Ditão é quem coordena todo o trabalho. “Saímos numa média de 20h ou 20h30 da noite e a gente vai no Centro, nas praças, rodoviária, e aí que acontece a abordagem. A gente leva eles para casa e aí a gente faz o que tem que ser feito: acolher, dar apoio para voltar para sua origem, para ele conseguir um trabalho. Se ele tiver doente, levar para o hospital, para dar toda condição de vida para ele. Durante a nossa gravação, Ditão conheceu o homem que entrevistamos no começo da reportagem e disse que agora ele vai receber um novo lar: “Esse agora vai para casa. Aí depois daqui uns dias, se Deus quiser, você vai lá que você vai ver um novo homem lá”.

JORNAL PARANAÍBA. *155 moradores de rua são identificados todo mês*. 2015. Disponível em:< http://www.tvparanaiba.com.br/videos/ver/categoria/jp/data/14-02-2015/arquivo/155-moradores-de-rua-sao-identificados-todo-mes_14-02-2015_24333.htm>. Acesso em 03/2015.

**APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA – MORADOR DE RUA ASSISTIDO
PELA CASA SANTA GEMMA**

Sexo: _____ Idade: _____

Profissão antes de se tornar morador de rua: _____

-
- 1 – Como você conheceu a Casa Santa Gemma?
 - 2- Você é de Uberlândia? Se não, qual sua cidade e Estado?
 - 3- Porque você foi morar na rua? Como aconteceu? Houve algum fato marcante que o impulsionou a morar nas ruas?
 - 4- Houve alguma ajuda do Estado, da Prefeitura para que você saísse das ruas?
 - 5- Você tinha emprego fixo antes de se tornar morador de rua? Carteira assinada?
 - 6- Você tem família?
 - 7- Se sim, ainda mantém com ela?
 - 8- Você sente que as pessoas te olham de modo diferente por ser morador de rua?
 - 9- O que você acha que as pessoas pensam sobre moradores de rua?
 - 10- O que VOCÊ pensa sobre moradores de rua?
 - 11- Como você SE enxerga hoje?
 - 12- Como você se sente diante da sociedade?
 - 13- Você pensa em sair das ruas? Tem planos?
 - 14- Como você faz no dia a dia para conseguir viver, se alimentar, conseguir dinheiro...(rede de sobrevivência)
 - 15- Você se sente excluído?